

Versão Online ISBN 978-85-8015-094-0
Cadernos PDE

VOLUME II

**OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Produções Didático-Pedagógicas**

2016



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**



**CAMINHOS PARA INCLUSÃO: FLEXIBILIZAÇÃO, ADAPTAÇÃO E ADEQUAÇÃO
ESCOLAR**

**MARINGÁ
2016**

FICHA PARA CATÁLOGO
PRODUÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Título: Caminhos para Inclusão: flexibilização, adaptação e adequação escolar.	
Autor: Tânia Aparecida de Barros	
Disciplina/Área: (ingresso no PDE)	Educação Especial
Escola de Implementação do Projeto e sua localização:	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) de Mandaguaçu
Município da escola:	Mandaguaçu
Núcleo Regional de Educação:	Maringá
Professor Orientador:	Professora Dr ^a Leonor Dias Paini
Instituição de Ensino Superior:	Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Relação Interdisciplinar: (indicar, caso haja, as diferentes disciplinas compreendidas no trabalho)	Todas as áreas do conhecimento
Resumo: (descrever a justificativa, objetivos e metodologia utilizada. A informação deverá conter no máximo 1300 caracteres, ou 200 palavras, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento simples)	A unidade didática faz parte do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), que será apresentada em forma de curso, com objetivo de ser implementada no CEEBJA de Mandaguaçu, tendo como público alvo professores, gestores, equipe pedagógica, membros da comunidade escolar e os profissionais da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), pois a necessidade de formar um grupo colaborativo, colocando em prática o tema "Caminhos para Inclusão: flexibilização, adaptação e adequação escolar". A metodologia consta de oito encontros com atividades temáticas acerca dos: Educação Inclusiva, Aspectos Legais para Inclusão Escolar, Flexibilização Curricular e Atendimento Educacional Especializado (AEE), Adaptação Escolar, A Importância da

	<p>Escolaridade na EJA, A Importância do Trabalho Colaborativo e Projeto Político Pedagógico (PPP), Construindo a Escola Inclusiva e Proposta Inclusiva para Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os temas serão trabalhados em forma de palestras expositivas, depoimentos, apreciação de vídeos, debates, exercícios de reflexão e práticos, trabalho em grupo, de forma a proporcionar um envolvimento maior dos profissionais da educação na busca de propostas para adaptações curriculares, que serão incluídas ao PPP desta instituição, pensando em uma aprendizagem que vise às possibilidades e não a deficiência.</p>
<p>Palavras-chave: (3 a 5 palavras)</p>	<p>Inclusão, Necessidades Educativas Especiais (NEEs), Propostas, Flexibilização Curricular e Adaptação/Adequação Escolar.</p>
<p>Formato do Material Didático:</p>	<p>Unidade Didática.</p>
<p>Público: (indicar o grupo para o qual o material didático foi desenvolvido: professores, alunos, comunidade)</p>	<p>Profissionais da EJA, Comunidade Escolar e Membros da Escola Pelicano na Modalidade da Educação Especial - (APAE).</p>



APRESENTAÇÃO

“A humildade exprime uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém”

(PAULO FREIRE)

A unidade didática que aqui apresentaremos constituiu-se através da vivência de muitas situações relacionadas ao atendimento de alunos com NEEs e da percepção da cautela que a maioria dos profissionais apresenta ao receberem esses alunos.

O atendimento dos alunos com NEEs vem se tornando um árduo desafio para nós professores, nos levando a buscar caminhos para a adequação escolar e flexibilização curricular para atender as NEES em suas especificidades, para que através destas propostas eles obtenham uma educação de qualidade, sem fronteiras de discriminação e com respeito às diferenças, uma vez que a Educação Especial é uma modalidade transversal a cada etapa da educação básica de caráter complementar, ela se vincula também ao Estado e comunidade escolar em sua totalidade.

Lembro a vocês nobres professores, que quando aceitamos o desafio de ensinar, sabíamos que isso nunca seria uma tarefa fácil. Mas não podemos esquecer que por mais difícil que sejam o caminho, existe algo muito maior, que se apresentará como alternativa viável para superação das dificuldades docentes, que é a intencionalidade educativa. Para que os profissionais da educação possam ultrapassar as barreiras causadas pela falta de subsídios, seja elas de estruturas físicas ou práticas educacionais, é preciso à disponibilidade e a vontade que em toda mudança se faz necessária.

Por maior que sejam as incertezas e as angústias trazidas pela inclusão, elas representam sempre uma nova oportunidade, pois, são as dificuldades que nos motivam a buscar um “fazer diferente”, que possa estimular a nossa intencionalidade educativa.

Podemos notar que os profissionais quando ingressam em especializações em

NEEs, não enxergam ou são indiferentes a legislação como forma de orientar o caminho para uma mudança, que é exatamente o maior problema a ser enfrentado, pois a inclusão não é meramente por leis ou modismos e sim, uma nova perspectiva onde todos possuem direitos e oportunidades independentes de suas limitações. Outro grande erro, a meu ver é acreditar que o processo inclusivo acontece apenas no contexto escolar, penso que é necessária uma imersão de toda a comunidade, pois a inclusão é uma interação, uma participação, um movimento entre a relação das esferas sociais.

Neste trabalho apresentamos estudos significativos em busca de propostas que auxiliem o professor e a comunidade escolar no desenvolvimento da flexibilização curricular e adaptação/adequação escolar para o atendimento de alunos com NEEs na EJA.

No primeiro encontro é discutida e apresentada a proposta de intervenção e organização do cronograma dos encontros posteriores. Além da apresentação do planejamento e estruturação dos conteúdos sobre a Educação Inclusiva. No segundo encontro são abordados os aspectos legais para inclusão escolar. No terceiro encontro é discutida a flexibilização curricular e AEE. No quarto encontro é apresentado o conceito de adaptação escolar. No quinto encontro é discutida a importância da escolaridade na EJA. No sexto encontro é apontada a importância do trabalho colaborativo e do PPP. O sétimo e oitavo encontros são destinados construção e apresentação das propostas de inclusão escolar.

O objetivo desta implementação escolar consistem em: compreender os aspectos históricos da Educação Especial; - Resgatar e estudar os documentos que normatizam e orientam a Educação Inclusiva; - Estudar e desenvolver propostas orientadas para a flexibilização curricular; - Refletir sobre a real efetivação da adaptação da escola às NEEs dos alunos; - Conhecer as adaptações em nível do PPP, nos elementos de pequeno e grande porte; - Levantamento das necessidades de adequação em relação a recursos didáticos e arquitetônicos no CEEBJA, onde será realizada esta produção didática.

Espera-se que esta produção didática possa orientar os caminhos de adaptação escolar aos grupos colaborativos que visam criar sistemas de ensino mais inclusivos.



SUMÁRIO

1 1º ENCONTRO	07
1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	07
1.1.1 Dinâmica	07
1.1.2 Aplicação do Questionário Inicial	08
1.1.3 Apreciação de Vídeo	09
1.1.4 Entrega de Material Didático	09
1.1.5 Exercício de Reflexão	09
1.1.6 Apresentação do Projeto	10
1.1.7 Palestra Expositiva	10
1.1.8 Apreciação de Vídeo	14
1.1.9 Síntese do Encontro	15
2 2º ENCONTRO	16
2.1 ASPECTOS LEGAIS PARA INCLUSÃO ESCOLAR	16
2.2.1 Palestra Expositiva	16
2.2.2 Apreciação de Vídeo	20
2.2.3 Debate	20
2.2.4 Palestra Expositiva	21
2.2.5 Apreciação de Vídeo	23
2.2.6 Apresentação em Grupo	23
2.2.7 Palestra Expositiva	24
2.2.8 Apreciação de Vídeo	26
2.2.9 Síntese do Encontro	27
3 3º ENCONTRO	28
3.1 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	28
3.1.1 Palestra Expositiva	28
3.1.2 Mapa Conceitual	31
3.1.3 Apreciação de Vídeo	32
3.1.4 Palestra Expositiva	33
3.1.5 Debate	36
3.1.6 Palestra Expositiva	36
3.1.7 Apreciação de Vídeos	37
3.1.8 Oficina	39

3.1.9 Síntese do Encontro	39
4 4º ENCONTRO	40
4.1 ADAPTAÇÃO ESCOLAR	40
4.1.1 Palestra Expositiva	40
4.1.2 Exercício Prático	41
4.1.3 Palestra Expositivo	42
4.1.4 Exercício Prático	45
4.1.5 Apreciação de Vídeo	46
4.1.6 Depoimento.....	46
4.1.7 Apreciação de Vídeos.....	47
4.1.8 Debate.....	48
4.1.9 Síntese do Encontro	48
5 5º ENCONTRO	50
5.1 A IMPORTÂNCIA DA ESCOLARIDADE NA EJA	50
5.1.1 Palestra Expositiva	50
5.1.2 Apreciação de Vídeo	52
5.1.3 Exercício Prático	52
5.1.4 Apreciação de Vídeo	52
5.1.5 Exercício Prático.....	53
5.1.6 Síntese do Encontro	54
6 6º ENCONTRO	55
6.1 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COLABORATIVO E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ..	55
6.1.1 Palestra Expositiva	55
6.1.2 Apreciação de Vídeo	58
6.1.3 Debate.....	59
6.1.4 Palestra Expositiva	59
6.1.5 Trabalho em Grupo	60
6.1.6 Síntese do Encontro	60
7 7º ENCONTRO	61
7.1 CONSTRUINDO A ESCOLA INCLUSIVA.....	61
7.1.1 Orientação	61
7.1.2 Trabalho Colaborativo	61
7.1.3 Síntese do Encontro	62
8 8º ENCONTRO	63
8.1 PROPOSTA INCLUSIVA PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).....	63
8.1.1 Apresentação.....	63
8.1.2 Agradecimento	63
8.1.3 Aplicação do Questionário Final	64
REFERÊNCIAS	66



1º ENCONTRO

1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

Tempo: 04 horas
Objetivo: <ul style="list-style-type: none"> • Diagnosticar o nível de conhecimento dos participantes sobre o tema; • Contextualizar a diferença da integração e inclusão escolar.
Atividades: dinâmica, dramatização, aplicação de questionário, apreciação de vídeo, entrega do material didático, exercícios de reflexão, apresentação do projeto, palestra expositiva e síntese.
Expositores: Magda Agostine, Tania Ap. de Barros e Dr ^a . Leonor Dias Paini.
Recursos: colchonete, computador, caixa de som, figuras, apostila e outros.

Sequência das Atividades

1.1.1 Atividade: Dinâmica Conhecer pelas Figuras



Figura 1: NEEs

Fonte: (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA, 2016)

- a) **Objetivo:** socializar e integrar os profissionais da educação através do conhecimento e reconhecimento de situações problemas de pessoas com necessidades especiais.

- b) **Procedimento:** na sala multiuso, será formado um círculo com diversos colchonetes, em cima de cada um, será colada uma imagem relativa ao tema inclusão. Todos os participantes escolherão seu colchonete com uma figura, onde cada um irá observar a imagem escolhida e passar adiante, até que todos tenham conseguido observar todas as imagens. Enquanto isso, ao fundo, será tocada a música “Criação Divina”, de Zezé de Camargo e Luciano com Paula Fernandes para favorecer o clima. Na sequência, a professora Magda Agostine irá formar pequenos grupos, onde cada equipe deverá escolher uma imagem representativa. Na sequência, a coordenadora, vai apresentar a cada grupo uma situação problema, que deverá ser dramatizada pela equipe, de forma a incluir o tema da figura escolhida. Após a apresentação de cada grupo, será exposta uma pequena reflexão, pela ministrante Tania Aparecida de Barros, acerca daquilo que foi dramatizado, contextualizando com o tema que será abordado.

1.1.2 Atividade: Aplicação do Questionário Inicial

- a) **Objetivo:** diagnosticar o nível de conhecimento sobre a prática pedagógica dos profissionais educadores no atendimento de alunos com NEEs.
- b) **Procedimento:** orientação da ministrante, conforme abaixo:

Prezado Participante,	
Este questionário busca compreender o que você conhece acerca do tema Educação Inclusiva. As informações prestadas por você poderão no futuro mostrar a contribuição de nossa intervenção pedagógica para sua prática educacional.	
QUESTIONÁRIO	
1	Para você, o que é Inclusão Escolar?
2	Quem são alunos com NEEs?
3	Quais são as NEEs na sua sala de aula?
4	Qual é papel do professor frente à flexibilização curricular?
5	Você conhece a funcionalidade de uma sala de recursos multifuncionais (SRMs)?
6	O que é o AEE?
7	Sente-se preparado para ensinar alunos com NEEs no ensino regular?
8	Quais conteúdos você gostaria de estudar dentro do campo da Educação Especial?

1.1.3 Atividade: Apreciação de Vídeo: Filme Cordas

- a) **Objetivo:** proporcionar momentos de reflexão sobre a necessidade dos profissionais de educação em desenvolver uma postura mais voluntariosa com alunos alvos da Educação Especial.
- b) **Procedimento:** após a apresentação do vídeo, a ministrante tecerá comentários sobre o que foi abordado no vídeo.



Filme - Cordas

Título: Cuerdas (Original)

Ano: 2014

Dirigido: Pedro Solís García

Duração: 10 minutos

Classificação: livre para todos os públicos

Gênero: animação, drama

Países de Origem: Espanha

Sinopse: Cordas apresenta uma reflexão sobre o amor incondicional e a amizade verdadeira. Uma produção espanhola que ganhou o Prémio Goya 2014 na categoria de "Melhor Curta-metragem de Animação". O seu criador, Pedro Solís Garcia, inspirou-se na sua filha que é muito próxima do irmão com paralisia cerebral.

<http://portugalglorioso.blogspot.com/2014/01/cordas-o-melhor-filme-de-animacao.html>

1.1.4 Atividade: Entrega do Material Didático

- a) **Objetivo:** fornecer aos participantes os conteúdos, as atividades e cronograma do curso de forma impressa.
- b) **Procedimento:** distribuição das apostilas para cada participante.

1.1.5 Atividade: Exercício de Reflexão

- a) **Objetivo:** motivar os participantes a pensar sobre formas de modificar o seu fazer pedagógico para torna-lo mais inclusivo.

- b) **Procedimento:** abordagem em forma de questionamento a ser respondido em apostila e verificado posteriormente pela ministrante.

Prezado, Participante.

De acordo com o que foi exposto no vídeo, reflita: quais são as medidas que você pode adotar para tornar a sua prática pedagógica mais inclusiva?

1.1.6 Atividade: Apresentação do Projeto

- a) **Objetivo:** informar aos participantes o funcionamento dos encontros e apresentar os elementos principais que compõem a proposta de intervenção pedagógica.
- b) **Procedimento:** a ministrante irá expor um conjunto de slides sobre os conteúdos do projeto.

1.1.7 Atividade: Palestra Expositiva

- a) **Objetivo:** expor a evolução histórica da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.
- b) **Procedimento:** a palestra será realizada pela professora convidada e orientadora do projeto, Dr^a. Leonor Dias Paini, com o tema “Educação Especial – Diferença entre Integração e Inclusão”. O conteúdo será abordado através de recursos digitais (slides) conforme abaixo:

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial foi constituída como uma área de atuação a partir de um modelo médico ou clínico. Pois, de acordo com Glat e Fernandes (2005), os médicos foram os primeiros que despertaram para a necessidade de escolarização desse público. Nas instituições especializadas no atendimento desse contingente, o trabalho era voltado a um conjunto de terapias individuais, tais como: fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, sendo que, pouca ênfase era dada às atividades acadêmicas, a qual era destinada tempo restrito.

Estas mesmas autoras, narram a história afirmando que na década de 70 houve a institucionalização da Educação Especial no Brasil, com o foco voltado a garantir o acesso à escola aos portadores de deficiências. Houve avanços na pedagogia e na psicologia da aprendizagem, com o desenvolvimento de novos métodos e técnicas de ensino. Esses, por sua vez, foram norteados pelos princípios de modificação de comportamento e o controle de estímulos, que permitiram a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico desse público, até então segregados do processo educacional.

Nesta fase, o Ministério da Educação (MEC) propôs o “Projeto Prioritário de Reformulação de Currículos para a Educação Especial” para cada área de deficiência (auditiva e mental) e superdotação. Conforme Glat e Fernandes (2005) nesse contexto a oferta do atendimento ao excepcional poderia ocorrer em escolas regulares, clínicas ou centros de reabilitação. A metodologia de pesquisa era voltada para a análise aplicada do comportamento, com ênfase nos estudos de natureza experimental.

Apesar dos avanços, este modelo não representou a garantia de ingresso de alunos com deficiências no sistema de ensino. Para as autoras, a Educação Especial ainda funcionava como um serviço paralelo, ou seja, um local de segregação para aqueles que não se enquadravam no sistema regular de ensino. Isso quer dizer, que não representavam uma possibilidade real de ingresso de alunos com deficiências na rede pública, cuja maioria ainda continuava em instituições privadas.

Glat e Fernandes (2005) explicam que acompanhando uma tendência mundial da luta contra a marginalização das minorias, na década de 80, teve início a fidelização de uma filosofia da integração e normalização. Nesta perspectiva, as pessoas com deficiências, tinham em sua comunidade, o direito de usufruir de condições normais de vida (atividades sociais, educacionais e lazer) tais como os outros. O questionamento do modelo segregado de Educação Especial levou a busca por alternativas para a inserção de todos os alunos, mesmo os portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino. Segundo Glat e Fernandes (2005) foi assim instituída, no âmbito das políticas educacionais, a integração. Este, que até hoje ainda é o modelo que mais prevalece nos sistemas escolares brasileiros, que visa preparar alunos vindos das classes e escolas especiais para serem integrados em classes regulares, com atendimento paralelo em SRMs ou outras modalidades.

De acordo com Glat e et al. (2003) a luta pela ampliação do acesso e da qualidade da educação das pessoas portadoras de deficiência teve seu apogeu no início da década de 90, com a proposta de Educação inclusiva. Atualmente amparada e fomentada pela legislação e orientações

das políticas públicas educacionais a nível federal, estadual e municipal. De acordo com estes autores, a perspectiva em prol da Educação Inclusiva, trouxe em sua origem um debate sobre a finalidade da Educação Especial. A classificação de diferentes tipos de deficiências deu lugar a uma definição geral de portadores de NEEs, ampliando-se o leque de alunos que deveriam receber suporte, já que se agregou qualquer tipo de dificuldade escolar permanente ou temporária. Assim, a “Educação Especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de recursos que a escola regular deverá dispor para atender à diversidade de seus alunos” (GLAT, FERNANDES, 2005, p. 05).

Mesmo que a perspectiva da Educação Inclusiva seja a forma mais coerente no atendimento a alunos com NEEs, Glat e Fernandes (2005) acreditam que na prática este modelo ainda não se configura no Brasil como uma proposta educacional amplamente estabelecida e compartilhada. Já que boa parte das redes de ensino carece de condições institucionais para sua viabilização. No entanto, as autoras compreendem que em relação à produção de conhecimentos que ofertem dados importantes sobre o processo de inclusão e as dificuldades para sua implementação; ainda são poucos os estudos e as práticas educacionais efetivas que mostrem como fazer para incluir no cotidiano de uma classe regular alunos que apresentem diferentes tipos de NEEs.

Compreende-se que a Educação Especial percorreu uma longa trajetória até se estabelecer como uma modalidade significativa de atendimento a necessidades de alunos com deficiências e/ou dificuldades. Ainda não foram estabelecidas estratégias que possam auxiliar aos profissionais educadores como desenvolver práticas mais inclusivas, parte disso, depende da vontade política do país em fomentar políticas públicas voltadas ao atendimento a este público, assim como, investir na capacitação dos profissionais que atuam na rede regular de ensino.

A proposta de uma educação inclusiva visa dar oportunidades educacionais aos sujeitos da Educação Especial, que “são indivíduos com deficiências e outras condições atípicas de desenvolvimento e aprendizagem, ou seja, alunos que apresentam necessidades especiais” (GLAT, ANTUNES, 2012, p. 267).

É importante ressaltar, que embora frequentemente utilizados como sinônimos, necessidade especial não é o mesmo que deficiência. A deficiência está relacionada com uma condição orgânica da pessoa. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a pessoa com deficiência é: “aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com

diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade” (BRASIL, 2008, p. 09).

Já o conceito de necessidade educacional especial é mais vasto, porque engloba tanto, as características pessoais da pessoa, como o contexto histórico e cultural em que ela está inserida. Para Glat e Antunes (2012, p. 268) trata-se de “necessidades educacionais especiais que não são provocadas apenas por condições orgânicas, mas podem resultar de problemas psicológicos, sociais e culturais, que interferem no processo de aprendizagem da pessoa”. Assim, pessoas que apresentam NEEs, precisam de métodos e recursos diferenciados, adaptações, bem como suportes adicionais em parte ou em toda a sua trajetória escolar, para obter os conhecimentos necessários previstos pelo currículo.

A escola que busca a Educação Inclusiva precisa ofertar o acesso e a permanência de todos os alunos, onde não haja discriminação, e se trabalhe para a identificação e remoção das barreiras para a aquisição do conhecimento (GLAT, PLETSCHE, FONTES, 2007). As autoras também expõem que para tornar-se inclusiva, a escola precisa avaliar e estruturar a: infraestrutura, organização, PPP, recursos didáticos, avaliações, metodologias e estratégias de ensino. Além disso, é preciso formar, capacitar seus professores, coordenadores, gestores e profissionais de apoio. Portanto, a educação inclusiva é entendida como uma nova cultura escolar: “uma concepção de escola que visa o desenvolvimento de respostas educativas que atinjam a todos os alunos, independente de suas condições intrínsecas ou experiências prévias de escolarização” (GLAT, PLETSCHE, FONTES, 2007, p. 02).


Assim, compreende-se que ao contrário da escola “normal”, que exige dos alunos a adaptação às regras disciplinares e normas de ensino, a escola inclusiva busca se adaptar as necessidades dos alunos, na intenção de garantir o ensino e a aprendizagem de todos independentes de suas especificidades. Porém, é importante compreender que a educação inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com NEEs no ensino regular, visando apenas o desenvolvimento de sua socialização. A inclusão só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência na escola, estimulando a capacitação e desenvolvimento de habilidades do aluno. E isso, só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento (GLAT, PLETSCHE, FONTES, 2007).

Estas autoras também explicam que a inclusão escolar deve ter como base alguns princípios fundamentais: a) a presença do aluno na escola e convívio social b) a participação efetiva em todas as atividades escolares (condições de acessibilidade e adaptações curriculares) e c) a construção de

conhecimentos. Desta forma, é possível compreender que uma escola para ser inclusiva depende em grande parte da disponibilidade de sua comunidade escolar em querer realizar os ajustes necessários para a flexibilização, adaptação e adequação do ambiente, dos recursos pedagógicos e do currículo.

1.1.8 Atividade: Apreciação de Vídeo – Entrevista com a professora Silvia Márcia Ferreira Meletti, Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo

- a) **Objetivo:** complementar com informações adicionais relevantes sobre o tema abordado na palestra.
- b) **Procedimento:** apresentação do vídeo do Programa Nós da Educação, produzido pela TV Paulo Freire, com a professora convidada Silvia Márcia Ferreira Meletti, Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo, parte 1 e 2. No primeiro trecho do vídeo a professora fala sobre como a Educação Especial se organizou ao longo da história de forma paralela ao sistema regular de educação e de como isso trouxe consequência para a forma como as crianças eram educadas, muito mais com foco no atendimento clínico e de reabilitação do que pedagógico. No segundo trecho, a Professora fala sobre a legislação da Educação Especial e sobre como as Diretrizes e Bases da Educação de 1996 colocaram a Educação Especial como uma modalidade de ensino na educação regular.



Silvia Meletti
Doutora em Psicologia Escolar

Vídeo - Entrevista Silvia Meletti – Parte 1 e 2

Publicado em 15 de fev de 2016

Idioma: Português

Palavras-chave: Educação Especial. Segregação. Educação. Ensino Regular.

Duração: 2min10s (1) e 2min18s (2)

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=1MbI7>

<https://www.youtube.com/watch?v=f44zw>

1.1.9 Atividade: Síntese do Encontro

- a) **Objetivo:** verificar a assimilação do conteúdo pelos participantes e esclarecer dúvidas.
- b) **Procedimento:** após a exposição dos conteúdos e apreciação dos vídeos, a ministrante fará alguns comentários sobre aquilo que foi exposto e abrirá para o esclarecimento de dúvidas. Será solicitado aos participantes, como leitura antecipada, o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que se encontrará disponível na apostila, para o próximo encontro.



2º ENCONTRO

2.1 ASPECTOS LEGAIS PARA INCLUSÃO ESCOLAR

ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

Tempo: 04 horas

Objetivo:

- Apresentar as concepções filosóficas da Educação Inclusiva abordadas nos documentos internacionais: Declaração dos Direitos Humanos, Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Declaração de Salamanca e Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência;
- Conhecer os documentos inclusivos – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão;
- Compreender as determinações NEEs e deficiência;

Atividades: palestra expositiva, apreciação de vídeos, debate, apresentação em grupo e síntese.

Expositores: Tania Aparecida de Barros e Rosimar D. Costa (CEEBJA-Maringá)

Recursos: computador, data show, apostila e outros.

Sequência das Atividades

2.1.1 Atividade: Palestra Expositiva

- Objetivo:** discorrer acerca dos fundamentos legais previstos em acordos internacionais que instituíram a Educação Inclusiva.
- Procedimento:** a exposição de conteúdo será realizada pela ministrante, com o tema “Documentos Orientadores da Educação Inclusiva no Âmbito Internacional”. O conteúdo será abordado através de recursos digitais (slides) conforme abaixo:

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

A fundamentação filosófica da Educação Inclusiva tem início com o nascimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), pois reconheceu que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade" (Art. 1º) (BRASIL, 2006, p.14). A concepção de direitos humanos apresentada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos compreende o reconhecimento da dignidade de todas as pessoas e na universalidade e indivisibilidade desses direitos.

O princípio previsto pela Declaração é a ideia de uma sociedade inclusiva com base em uma filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade.

A Declaração ao conjugar o valor de liberdade junto ao valor de igualdade, já que entende que não há liberdade sem igualdade, neste contexto, o valor da diversidade se impõe como condição para o alcance da universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos. Vendo a pessoa como sujeita de direito, respeitado em suas peculiaridades e particularidades.

Assim, o respeito à diversidade, efetivado no respeito às diferenças, impulsiona ações de cidadania, norteadoras de políticas afirmativas de respeito à diversidade, voltadas para a construção de contextos sociais inclusivos.

De maneira geral, entende-se que a Declaração dos Direitos Humanos assegura às pessoas com deficiência os mesmos direitos: a liberdade, dignidade, educação, ao desenvolvimento pessoal e social e a participação na vida em comunidade.

A DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS

A Declaração de Jomtien ou Declaração Mundial sobre Educação para Todos, foi instituída em 1990, nela os países relembram que "a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro" (BRASIL, 2006, p. 15).

O Documento também aborda que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade, sendo um elemento que "pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação

internacional" (BRASIL, 2006, p. 15)

Assim, pode-se compreender que a Declaração de Jomtien (1990) estimula seus signatários a erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país. Por isso, o desenvolvimento de instrumentos norteadores e a construção de sistemas educacionais inclusivos, nas diferentes esferas públicas: municipal, estadual e federal.

A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

A Declaração de Salamanca é o documento que foi elaborado durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca (Espanha), em junho de 1994, que teve como objetivo discutir a educação dos alunos com NEEs.

Nela, os países signatários como o Brasil, declararam se comprometer com diversas ações, que entre as principais, estão: que todas as crianças, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos, que cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios, que os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades e que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns (BRASIL, 2006).

A Declaração de Salamanca (1994) ao se dirigir aos governos encoraja-os a: priorizar o orçamento para as melhorias dos seus sistemas educativos, para que possam prover atendimento adequado a todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais; desenvolver políticas públicas com base em uma Educação Inclusiva, que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário; criar mecanismos descentralizados e participativos de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com NEEs; promover e facilitar a participação de pais, centros especializados e comunidade na escola, tanto no planejamento como no processo de tomada de decisões e por fim, assegurar o desenvolvimento de programas de formação de professores, voltados para o atendimento de alunos com NEEs (BRASIL, 2006).

Assim, compreende-se que o Brasil, ao ser signatário deste documento, comprometeu-se a garantir que todas as crianças, independente de suas necessidades, tenham acesso a um ensino com boa qualidade, gratuito e obrigatório e que permita a terminalidade, visando tonar os

sistemas educacionais inclusivos.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras¹ de Deficiência foi realizada na Guatemala, em 1999 e promulgada pelo Brasil em 2001, através do Decreto 3.956. O evento propôs aos países signatários, reconhecer que: "as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos fundamentais que outras pessoas, inclusive o de não ser submetido à discriminação com base na deficiência humana" (BRASIL, 2006, p. 17). No seu Artigo I, a Convenção apresenta conceito para o termo deficiência, caracterizado como "uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social" (BRASIL, 2006, p. 17).


A Convenção também estabelece que discriminar pessoas com deficiência: é agir com "diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência (...) que tenham efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades" (BRASIL, 2006, p. 17).

Desta forma, a Convenção se estabeleceu no Brasil, de maneira a prevenir todas as formas de deficiência, estimulando o desenvolvimento de ações que ajudem a detectar, intervir, reabilitar, tratar, prestar serviços de apoio e educar, no sentido de garantir o melhor nível de independência e qualidade de vida para as pessoas com deficiência. Além de criar estratégias que venham a sensibilizar a população, por meio de campanhas de educação direcionadas a eliminar preconceitos e estereótipos das pessoas com deficiência.

¹ O termo "portador" não é mais utilizado, pois, essa determinada terminologia pode reforçar a segregação e a exclusão. Cabe esclarecer que o termo "portadores" implica em algo que se "porta", que é possível deixar ter. Remete, ainda, a algo temporário, como portar um talão de cheques, portar um documento ou ser portador de uma doença. A deficiência, na maioria das vezes, é algo permanente, não cabendo o termo "portadores". Além disso, quando se rotula alguém como "portador de deficiência", nota-se que a deficiência passa a ser "a marca" principal da pessoa, em detrimento de sua condição humana (ICEP BRASIL, 21016).

2.1.2 Atividade: Apreciação de Vídeo: Aula da Professora Karina Pagnez

- a) **Objetivo:** compreender a abrangência da Educação Inclusiva e as determinações NEEs e deficiência.
- b) **Procedimento:** após a apresentação do vídeo, a ministrante tecerá comentários sobre o que foi abordado.



Prof. Karina Pagnez
Departamento de Metodologia do Ensino e Educação

Vídeo - As Bases Legais da Educação Especial - um Panorama Internacional

Publicado em 09 de janeiro 2015

Idioma: Português

Duração: 8min08s

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Zl5kJH-HxJQ>

2.1.3 Atividade: Debate

- a) **Objetivo:** discutir os principais objetivos, público alvo e as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- b) **Procedimento:** a ministrante convidará os participantes a formarem um círculo e exporem suas anotações, conforme solicitado no 1º Encontro.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) foi instituída pelo MEC no sentido de garantir a todos o direito a educação com transversalidade no ensino regular. Esse documento orienta os estados e municípios como organizarem suas ações no sentido de transformarem seus sistemas educacionais em sistemas

inclusivos.

A Política prevê o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.

2.1.4 Atividade: Palestra Expositiva

- a) **Objetivo:** discorrer acerca dos fundamentos da Educação Especial previstos na LDB, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e Lei nº 13.146, de 06 julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- b) **Procedimento:** a exposição de conteúdo será realizada pela ministrante, com o tema “LDB e Educação Especial”. O conteúdo será abordado através de recursos digitais (slides) conforme abaixo:

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)

A LDB de 1996 estabeleceu como objetivo principal, em relação à Educação Especial, que o poder Público adotará atitudes que ampliem o atendimento aos educandos com NEEs na própria rede pública regular de ensino.

No Art. 58, a LDB define que “entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996, p. 19).

A Lei também prevê os serviços de apoio especializados, na escola regular, para atender as peculiaridades do público alvo da Educação Especial. Desta forma, compreende-se que a LDB trouxe a tona as primeiras iniciativas de uma oferta de escolarização mais organizada e adequada às pessoas com NEEs.

DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica prevê em seu Art. 1º as diretrizes nacionais para a

educação de alunos que apresentem NEEs, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.

As Diretrizes entendem que o atendimento escolar tem início na educação infantil, garantido os serviços de Educação Especial sempre que necessário, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade e a necessidade de AEE.

No Art. 2º fica estabelecido que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com NEEs, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2011, p 01.).

Assim, as escolas precisam desenvolver formas de identificar e conhecer a demanda dos alunos com NEEs, fazendo o uso de dados estatísticos, como os disponibilizados pelo Censo.

No Art. 3º, a Resolução define que a Educação Especial é “uma modalidade da educação escolar, processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais”. Nesse sentido, compreende-se que a escola precisa se organizar para apoiar, complementar, suplementar no sentido de garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com NEEs.

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA)

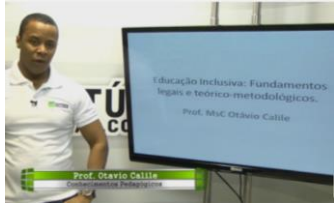
A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu Art. 1º estabelece que ela destina-se “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, p. 01)

Esta Lei foi baseada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, e define em seu Art. 2º que “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p. 01).

Compreende-se desta forma, que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência organizou em um único documento, diversas ideias já tratadas em bases anteriores, de forma a tornar mais simples e prática a compreensão das políticas e ações voltadas a garantir o direito das pessoas com deficiência.

2.1.5 Atividade: Apreciação de Vídeo: Aula Demonstrativa - Educação Inclusiva com o Professor Otávio Calile

- a) **Objetivo:** compreender os objetivos, fundamentos e normativas das legislações educacionais brasileiras em relação à Educação Especial.
- b) **Procedimento:** após a apresentação do vídeo, a ministrante tecerá comentários sobre o que foi abordado.



Professor Otávio Calile - Aula Demonstrativa - Educação Inclusiva

Publicado em 9 de set de 2014

Idioma: Português

Palavras-chave: Educação Especial. Segregação. Educação. Ensino Regular.

Duração: 17min50s

Categoria: Educação

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=aMQ61FHmp7A>

2.1.6 Atividade: Apresentação em Grupo

- a) **Objetivo:** explorar os significados, a abrangência, os aspectos cognitivos e os processos de aprendizagem das áreas de dificuldades e difidências.
- b) **Procedimento:** a ministrante dividirá os participantes em grupos, onde cada um ficará responsável por um tema. Em seguida, cada equipe fará uma breve apresentação de 10 minutos sobre o assunto escolhido. O material a ser estudado será disponibilizado impresso e faz parte da coletânea da Secretaria de Estado da Educação (SEED) PR, referente à Semana Pedagógica 2014, dividido nas áreas: altas habilidades/superdotação, TGD, surdez, surdocegueira, serviço de atendimento a rede de escolarização hospitalar, deficiência intelectual, deficiência visual, deficiência neuromotora, conforme figura 2.



Figura 2: Orientações Pedagógicas para Educação Especial
Fonte: (PARANÁ, 2014)

2.1.7 Atividade: Palestra Expositiva

- a) **Objetivo:** explicar o funcionamento da identidade própria da Educação Especial no Paraná.
- b) **Procedimento:** a palestra será realizada pela ministrante, com o tema “Organização da Educação Especial no Paraná”. O conteúdo será abordado através de recursos digitais (slides) conforme abaixo:

POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

O Paraná, além de seguir as normativas previstas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), possui uma identidade própria no atendimento dos alunos com NEEs.

O Estado busca desenvolver instruções mais específicas que podem assegurar à aplicabilidade daquilo que é previsto pelas políticas públicas nacionais. Assim, o Paraná instituiu

em 2009, a sua Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, que tem como objetivo sintetizar o conjunto de princípios e práticas que norteiam as políticas educacionais implementadas pelo Governo do Estado do Paraná em relação ao direito de todas as pessoas com: deficiências, TGD e altas habilidades/superdotação.

A SEED/PR justifica que esse documento foi criado com ênfase na importância do desenvolvimento do potencial humano e o combate a atitudes de preconceito e discriminação, em relação aos aspectos físicos, sensoriais e/ou intelectuais diante da diversidade humana. O documento também prevê que a SEED/PR; articule a rede de apoio com serviços especializados (escolas de educação especial).

A Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (2009) adota um referencial filosófico de que a inclusão educacional é mais que: a presença física, a acessibilidade arquitetônica e a matrícula de alunos com dificuldades e deficiência nas salas de aula do ensino regular. Por isso, ela adota um fundamento baseado em um processo de inclusão escolar constituído em uma rede de apoio ao aluno, aos profissionais da educação e à família.

Assim, o Estado compõe a rede de apoio por serviços apropriados ao atendimento a necessidade educativa especial (NEE), tais como: SRMs de 5ª a 8ª séries na área da deficiência intelectual e transtornos funcionais do desenvolvimento, SRMs na área das altas habilidades/superdotação para enriquecimento curricular, SRMs para alunos com TGD, professor de apoio de sala para alunos com TGD, tradutores e intérpretes para educandos surdos com domínio da língua de sinais/LIBRAS, professor de apoio à comunicação alternativa para alunos com acentuado comprometimento físico/neuromotor e de fala e centros de atendimentos para alunos das áreas da deficiência visual, da deficiência física neuromotora e da surdez.

Porém, SEED/PR e o Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional do Paraná (DEEIN) entendem que adotar uma postura radical, como: colocar todos os alunos nas classes comuns do ensino regular, independente da necessidade do educando, ainda que o atendimento especializado seja a ele prestado; é desconsiderar o direito de um contingente de alunos. Sobretudo, daqueles que apresentam quadros acentuados de deficiência intelectual, na maioria das vezes associados a múltiplas deficiências a pluralidade de respostas às suas especificidades. A norma determina que o alunado da Educação Especial deva estar matriculado na rede regular de ensino, com os apoios especializados disponibilizados para seu processo de aprendizagem. Porém, com a exceção dos alunos que apresentam altas especificidades, que precisam espaços especialmente preparados ou necessidades intensas e contínuas, tais como as

áreas da deficiência intelectual e TGD, é assegurado o direito de matrícula nas escolas especiais.

O documento também prevê que a SEED/PR; além de articular a rede de apoio com os serviços especializados (escolas de Educação Especial), também deve prover os cursos de formação continuada, as semanas pedagógicas, grupos de estudos, em propostas de leituras e discussões dentro de uma abordagem epistemológica voltada para o acesso ao conhecimento histórico e científico nas diversas áreas da educação especial (deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação).

2.1.8 Atividade: Apreciação de Vídeo – Entrevista com a professora Marisa Bispo Feitosa, Chefe do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação do Paraná

- a) **Objetivo:** reforçar algumas determinações específicas em relação aos serviços de atendimento da Educação Especial no Paraná.
- b) **Procedimento:** apresentação do vídeo do Programa de Formação Continuada Gestão em Foco. Nele, a professora Marisa Bispo Feitosa, Chefe do Departamento de Educação Especial da SEED/PR fala sobre a importância das políticas públicas voltadas para a Educação Especial e sobre as especificidades do AEE no Estado do Paraná.



Vídeo - Políticas Públicas da Educação Especial

Publicado em 29 de fev de 2016

Produção: Coordenação de Produção Audiovisual e Departamento de Educação Especial

Idioma: Português

Duração: 02min29s

Edição: Janeiro de 2016

Categoria: educação

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=A6KUATE_5Qw

2.1.9 Atividade: Síntese do Encontro

- a) **Objetivo:** verificar a assimilação do conteúdo pelos participantes e esclarecer dúvidas.
- b) **Procedimento:** após a exposição dos conteúdos e apreciação dos vídeos, a ministrante fará alguns comentários sobre aquilo que foi exposto e abrirá para o esclarecimento de dúvidas. Será solicitado aos participantes, como leitura antecipada, a Coleção Formação de Professores – EAD – Atendimento Educacional Especializado no Contexto da Educação Básica, publicada em 2012, das organizadoras Nerli Nonato Ribeiro Mori e Cristina Cerezuela Jacobsen, da Universidade Estadual de Maringá, que se encontrará disponível na apostila, para o próximo encontro.



3º ENCONTRO

3.1 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

Tempo: 04 horas

Objetivo:

- Definir flexibilização do currículo;
- Descrever salas de recursos multifuncionais;
- Discorrer sobre as especialidades do AEE;
- Apontar modelos de materiais didáticos adaptados.

Atividades: palestra expositiva, mapa conceitual, apreciação de vídeo, debate, oficina e síntese.

Expositores: Dr^a Augusta Padilha e Tania Ap. de Barros

Recursos: laboratório de informática, computador, data show, apostila, objetos adaptados e outros.

Seqüência das Atividades

3.1.1 Atividade: Palestra Expositiva

- a) **Objetivo:** apresentar a definição, conceito e prática da flexibilização curricular.
- b) **Procedimento:** a palestra será realizada pela professora convidada, Dr^a. Augusta Padilha, com o tema “Flexibilização Curricular”. O conteúdo será abordado através de recursos digitais (slides) conforme abaixo:

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Muitas vezes, alunos com NEEs comentam com seus familiares e professores não conseguem compreender os conteúdos e executar os objetivos das atividades e avaliações, propostos no currículo regular ou alcançar os níveis mais elementares de escolarização. (BRASIL, 2003). No entanto, “essa situação pode decorrer de dificuldades orgânicas associadas a déficits permanentes e, muitas vezes, degenerativos que comprometem o funcionamento cognitivo, psíquico e sensorial, vindo a constituir deficiências múltiplas graves” (BRASIL, 2003, p. 50).

Diante dessa situação, verifica-se a necessidade de buscar formas de flexibilizar o currículo e indicar conteúdos de caráter mais funcional e prático, levando em conta as características individuais.

Alguns projetos podem ser encarados como currículos especiais, pois procuram envolver atividades relacionadas ao desenvolvimento de habilidades básicas, consciência de si; aos cuidados pessoais e de vida diária, ao treinamento multissensorial, ao exercício da independência e ao relacionamento interpessoal, dentre outras habilidades (BRASIL, 2003). Esses currículos são chamados de funcionais e ecológicos e sua organização não leva em conta as aprendizagens acadêmicas que comumente os alunos não conseguem alcançar, mesmo diante dos esforços persistentes empreendidos pela escola.

Por isso, a elaboração e a execução do currículo flexibilizado deve contar com a participação: dos professores, orientadores, direção, profissionais especializados e da família e ser acompanhadas de um criterioso e sistemático processo de avaliação pedagógica e psicopedagógica do aluno, bem como da eficiência dos procedimentos pedagógicos empregados na sua educação (BRASIL, 2003).

A flexibilização curricular “diz respeito às modificações em forma de complementação ou suplementação dos conteúdos ou da estrutura curricular que está prevista para os estudantes da escola como um todo” (PARANÁ, 2016, p. 12).

A flexibilização curricular, é um processo que visa organizar os conteúdos por área de aprendizagem, com foco no processo de aprendizagem do aluno. Por isso, é importante que esses conteúdos sejam relacionados à vida do aluno e que estimulem seu aprendizado, tornando-os mais significativos.

A flexibilização pressupõe uma “sondagem (um diagnóstico inicial) que busque verificar o que o estudante já sabe para, a partir daí, construir os novos saberes. Ela inicia de um

conhecimento já construído pelo estudante e que esteja relacionado ao conteúdo que será trabalhado” (PARANÁ, 2016, p.12).

Assim, a equipe escolar precisa descobrir até onde o estudante pode chegar, focando nas possibilidades de aprendizagem e não nas dificuldades apresentadas. No cotidiano escolar, as atividades devem oportunizar a participação do aluno e ser monitoradoras. Exemplo: identificar que o aluno não escreve de forma convencional, mas que faz tentativas de escrita utilizando as letras que compõem seu nome; possibilita ao professor planejar algumas ações possíveis a partir deste conhecimento (PARANÁ, 2016).

Por isso, existem sistemas de apoio que podem ajudar na superação dessas situações, como o uso da: SRMs e o trabalho dos profissionais do AEE, que privilegiem a participação oral e registros não convencionais e efetivem o processo de alfabetização.

A seguir, encontram-se algumas orientações gerais para flexibilização curricular, considerando os estudantes da Educação Especial:

Estudantes da Educação Especial	Orientações gerais quanto à flexibilização curricular
Deficiência física neuromotora	Neste caso, a tecnologia assistiva é um dos recursos que promove o acesso ao currículo, assim como a adaptação de materiais pedagógicos. Para estudantes que possuem deficiência física nos membros superiores, é preciso oferecer formas de apoio para que tenham firmeza ao escrever, como pranchetas, por exemplo. Quanto ao uso de lápis ou caneta, para que não escorreguem, pode-se envolvê-los em espuma. As atividades podem ser feitas na forma múltipla escolha. No caso de limitação nos membros inferiores, também se deve pensar em adaptações, tendo em vista as aulas de Educação Física. Por exemplo: os estudantes podem jogar com as mãos ou o professor pode adaptar algumas modalidades para que todos joguem nas mesmas condições. Na ausência ou dificuldade da fala e escrita, devem ser utilizadas metodologias e estratégias diferenciadas, como a comunicação alternativa para escrita e/ou para fala.
Cegos ou com baixa visão	Serão necessários materiais pedagógicos para exploração tátil, reglete e punção, máquina de datilografia Braille, programas com leitores de tela (Dosvox, NVDA, Orca) e livro acessível MECDaisy. Em um trabalho colaborativo com o professor especialista, pode ser oferecido ao aluno cego registros escritos em braille. Se tiver uma máquina braille, o tempo de escrita deste estudante precisa ser respeitado. Estimulos táteis, auditivos e olfativos, também devem ser trabalhados com estes estudantes. O estudante também pode gravar o áudio das aulas.

Figura 3: Orientações Gerais para Flexibilização Curricular
Fonte: (PARANÁ, 2016)

Estudantes da Educação Especial	Orientações gerais quanto à flexibilização curricular
<p>Deficiência intelectual / Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)</p>	<p>Inicialmente é preciso observar que cada um destes estudantes é único e possuem pontos fracos e fortes. Dentre as muitas estratégias, é necessário oferecer atenção pedagógica individualizada, dar ordens claras e sequenciais, com explicações objetivas e linguagem de fácil entendimento. Estes estudantes podem apresentar dificuldades com conteúdos abstratos e subjetivos. Outras estratégias são: propor tarefas breves e de curta duração, adotar uma sequência gradativa dos conteúdos, introduzir atividades alternativas às previstas, bem como outras complementares ao planejamento inicial. Será necessário prever maior temporalidade, ou seja, elasticidade de tempo e avaliações diferenciadas.</p>
<p>Altas Habilidades/ Superdotação</p>	<p>Considerando as áreas do conhecimento em que estes estudantes possuem maior habilidade e interesse, é comum que eles aprendam em um tempo muito menor. Por isso, é preciso considerar a necessidade de enriquecimento curricular, que implica no aprofundamento ou ampliação do conteúdo a ser trabalhado. Assim, se um estudante já domina o conteúdo que o professor está ensinando para os demais da turma, ele poderá receber orientações sobre este mesmo conteúdo com níveis de dificuldades mais elaborados e/ou o professor poderá estabelecer relações mais complexas para promover desafios suplementares.</p>

Figura 4: Orientações Gerais para Flexibilização Curricular
Fonte: (PARANÁ, 2016)

3.1.2 Atividade: Mapa Conceitual

- a) **Objetivo:** ilustrar e interpretar os principais conceitos da flexibilização curricular.
- b) **Procedimento:** divididos em trio, os participantes serão convidados a desenvolver um mapa conceitual utilizando o programa *CMapTools*² e depois compartilhá-los via email uns com os outros e também com a ministrante, conforme modelo abaixo:

Prezado Participante,

O *CMapTools* é uma ferramenta que proporcionar ambientes colaborativos e promove meios de colaborar em nível de conhecimento, permitindo que os usuários construam mapas conceituais e dividam o conhecimento expresso com outros estudantes.

² É um software para autoria de Mapas Conceituais desenvolvidos pelo *Institute for Human Machine Cognition da University of West Florida*, sob a supervisão do Dr. Alberto J. Cañas, e permite ao usuário construir, navegar, compartilhar e criticar modelos de conhecimento representados com Mapas Conceituais.

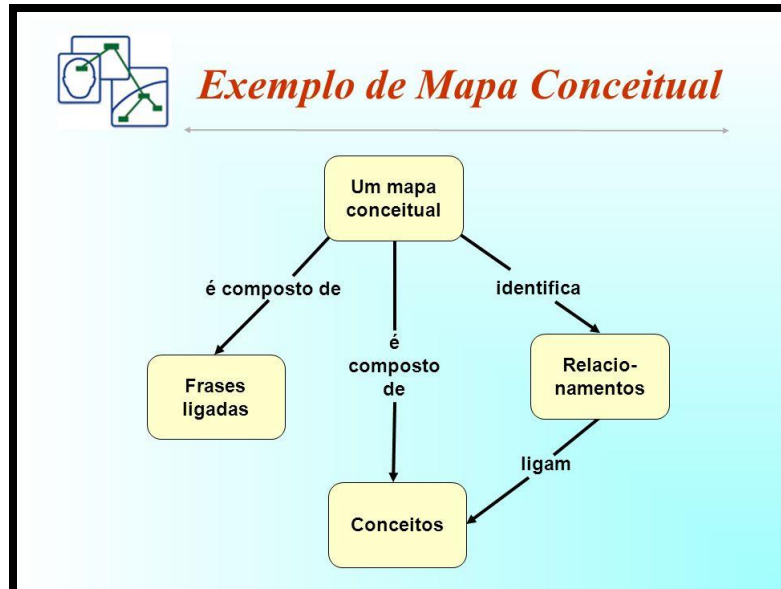


Figura 5: Esquema de Mapa Conceitual
Fonte: (CMAP TOLLS, 2014)

3.1.3 Atividade: Apreciação de Vídeo: Documentário Educação Especial - MEC

- Objetivo:** proporcionar momentos de reflexão sobre o dia-a-dia escolar dos alunos com NEEs. Este documentário foi produzido para o MEC, em 2009, para mostrar a inclusão de alunos com NEEs nas escolas regulares da rede pública, do Ensino Fundamental à Universidade.
- Procedimento:** após a apresentação do vídeo, a ministrante tecerá comentários sobre o que foi abordado.

Vídeo - Educação Especial - MEC

Publicado em 06 de fev de 2011

Idioma: Português

Roteiro e Direção: Deborah Andrade

Ano: 2009

Duração: 12min30s

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=T5E_8ct-JEA

3.1.4 Atividade: Palestra Expositiva

- a) **Objetivo:** descrever o funcionamento do AEE e sua identidade no Paraná.
- b) **Procedimento:** a palestra será realizada pela ministrante, com o tema “Atendimento Educacional Especializado”. O conteúdo será abordado através de recursos digitais (slides) conforme abaixo:

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - (AEE)

O AEE está previsto na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), porém, no que se refere ao contraturno, esse atendimento é regulamentado pelo Decreto Nacional n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. De acordo com o Art. 2.º, parágrafo I, o “AEE é compreendido como o conjunto de atividades e recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente” (BRASIL, 2001, p. 04). O mesmo artigo ainda estabelece que os atendimentos, podem ser prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos. As deficiências ou TGD são complementares com apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos alunos às SRMs e altas habilidades/superdotação, de forma suplementar.

O Art. 3.º lista os objetivos acerca do AEE, que entre os principais estão “prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes e garantir a transversalidade das ações da Educação Especial no ensino regular” (BRASIL, 2011, p. 04).

Já no Paraná, a oferta do AEE se dá no contraturno, com base na Política Nacional, quanto no turno, enquanto Política Estadual. Na Política Estadual, as ações são desenvolvidas a partir dos referenciais legais, porém com indicação e terminologia própria, considerando a realidade local e as especificidades do estudante da Educação Especial (PARANÁ, 2016).

No turno, o AEE ocorre simultaneamente em sala de aula do ensino comum e é disponibilizado para alunos surdos e a presença do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS); para os alunos com TGD, é disponibilizado o Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE); já os alunos que apresentam a deficiência física neuromotora, são disponibilizados o Professor de Apoio à Comunicação Alternativa (PAC) e por fim, para os alunos

que apresentam dependência quanto à higiene, alimentação e locomoção, há o apoio do auxiliar operacional (PARANÁ, 2016). No contraturno, por sua vez, o AEE é ofertado nas SRMs ou Centro de Atendimento Educacional Especializado da Surdocegueira (CAE surdocegueira), conforme abaixo:

TURNO		
OFERTA	A QUEM SE DESTINA	OBJETIVO
Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE)	Estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo (Síndrome de Asperger e Síndrome de Rett), transtorno desintegrativo da infância (psicose infantil), transtornos invasivos sem outra especificação.	Atuar como agente de mediação favorecendo a escolarização.
Professor de Apoio à Comunicação Alternativa (PAC)	Estudantes com deficiência física neuromotora, que não apresentam a fala e escrita convencional.	Mediar a comunicação expressiva.
Auxiliar Operacional (AO)	Estudantes e professores com deficiência física neuromotora.	Auxiliar estudantes dependentes em suas atividades de locomoção, higiene e alimentação.
Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras (TILS)	Estudantes surdos que necessitam da mediação na comunicação por meio da tradução e interpretação entre as duas línguas: Libras e Língua Portuguesa.	Realizar a mediação da comunicação por meio da tradução e interpretação entre as duas línguas: Libras e Língua Portuguesa.
Guia Intérprete	Estudantes surdocegos	Intermediar a comunicação do estudante surdocego.

Figura 6: AEE no Turno

Fonte: (PARANÁ, 2016)

No Paraná, os profissionais do AEE que atuam no turno e que podem vir a ser solicitados pelas instituições, de acordo com cada especificidade dos estudantes da Educação Especial são:

• **Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE)** - é um profissional com habilitação comprovada na Educação Especial para atuar nas instituições de ensino da Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos, e atender os estudantes com diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista. Essa necessidade deve ser comprovada e relacionada a sua condição de funcionalidade para a escolarização e não relacionada à condição de deficiência, sendo o PAEE agente de mediação do aprendizado e escolarização. A necessidade do PAEE se efetivará após comprovação, por estudo de caso, conforme a situação escolar do estudante. A medida visa avaliar, com outros profissionais envolvidos, a indicação que melhor atenderá as necessidades educacionais do estudante, podendo considerar outros encaminhamentos, como a SRM e flexibilização curricular que atendam as necessidades educacionais do estudante com Transtorno do Espectro Autista.

Figura 7: PAEE

Fonte: (PARANÁ, 2016)

<ul style="list-style-type: none"> • Professor de Apoio à Comunicação Alternativa - é um profissional com habilitação comprovada na Educação Especial que atua nas escolas do ensino comum, no atendimento aos estudantes com deficiência física neuromotora que apresentam significativa necessidade de comunicação alternativa, cujas formas de linguagem oral e escrita se diferenciam da convencionalizada. O atendimento é realizado por meio da mediação da comunicação entre o estudante, os membros da comunidade escolar e o processo de ensino e aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS) - é o profissional que realiza a mediação comunicativa entre surdos e ouvintes, realizando a interpretação entre duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva nas atividades pedagógicas, viabilizando o acesso do estudante surdo aos conteúdos curriculares, a fim de que participe com os demais do processo educacional. • Guia Intérprete - é o profissional que realiza um trabalho de intermediação da informação visual e comunicação para o estudante surdocego, permitindo-lhe o acesso ao currículo e conduzindo-o em sua mobilidade.
--	--

Figura 8: Professor do AEE Turno
Fonte: (PARANÁ, 2016)

CONTRATURNO		
OFERTA	OBJETIVO	NORMATIZAÇÃO*
Sala de Recursos Multifuncional: área deficiência intelectual, TGD, deficiência física neuromotora e transtornos funcionais específicos	Apoiar o sistema de ensino, com vistas a complementar a escolarização no ensino comum.	Instrução n.º 016/2011
Sala de Recursos Multifuncional: área de altas habilidades/ superdotação	Apoiar o sistema de ensino com vistas à suplementação da escolarização e ao enriquecimento curricular.	Instrução n.º 010/2011

Figura 9: AEE no Contraturno – Parte 01
Fonte: (PARANÁ, 2016)

Sala de Recursos Multifuncional: área da deficiência visual	Complementar a escolarização de estudantes que apresentam deficiência visual (cegos e de baixa visão) ou outros acometimentos visuais (ambliopia funcional, distúrbios de alta refração e doenças progressivas), matriculados na rede pública de ensino.	Instrução n.º 020/2010 - Centro de Atendimento Especializado na área da Deficiência Visual (CAEDV)
---	--	--

Figura 10: AEE no Contraturno – Parte 02
Fonte: (PARANÁ, 2016)

<p>Sala de Recursos Multifuncional: área da surdez</p>	<p>Apoiar o sistema de ensino, complementando a escolarização no acesso ao currículo dos estudantes surdos, o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua, e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. Esta sala poderá contar com dois professores, sendo o professor bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) e o professor surdo, que atua como modelo de referencial linguístico e cultural para o desenvolvimento identitário do sujeito surdo.</p>	<p>Instrução n.º 002/2008 - Centro de Atendimento Especializado na área da Surdez (Caes)</p>
<p>Centro de Atendimento Especializado (CAE) da surdocegueira</p>	<p>Apoiar o sistema de ensino, complementando o acesso ao currículo do estudante surdocego, ou como oferta substitutiva para aqueles que não apresentam condições de evolução acadêmica no contexto comum de ensino, visando sua relativa autonomia social.</p>	<p>Instrução em processo de elaboração</p>

Figura 11: AEE no Contraturno – Parte 03
Fonte: (PARANÁ, 2016)

3.1.5 Atividade: Debate

- a) **Objetivo:** debater sobre o funcionamento pedagógico das principais áreas do AEE no Paraná com foco nos processos de aprendizagem.
- b) **Procedimento:** a ministrante convidará os participantes a discutirem os textos pertencentes à Coleção Formação de Professores – EAD – Atendimento Educacional Especializado no Contexto da Educação Básica, publicada em 2012, das organizadoras Nerli Nonato Ribeiro Mori e Cristina Cerezuela Jacobsen, da Universidade Estadual de Maringá, explanando sobre as áreas de: deficiência intelectual, surdez, visual (cegueira e baixa visão), surdocegueira, deficiência física, TGD, alta habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, conforme solicitado no encontro anterior.

3.1.6 Atividade: Palestra Expositiva

- a) **Objetivo:** explicar o funcionamento das SRMs.
- b) **Procedimento:** a palestra será realizada pela ministrante, com o tema SRMs. O conteúdo

será abordado através de recursos digitais (slides) conforme abaixo:

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS - (SRMs)

Na Educação Básica, as SRMs são consideradas integrantes ao AEE, de natureza pedagógica, que complementa ou suplementa a escolarização com atendimento por cronograma. Desta forma, uma SRM (20 h/a semanal com um professor) poderá oferecer tantas turmas quantas necessárias para atender ao grupo de estudantes identificados para a oferta (BRASIL, 2011).

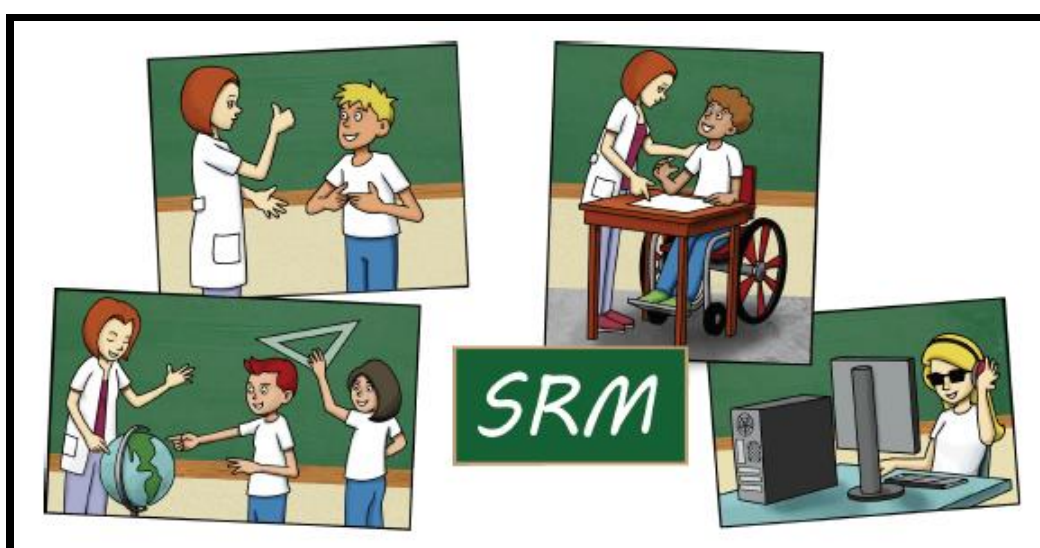


Figura 12: Exemplo de SRM
Fonte: (PARANÁ, 2016)

No estado do Paraná, esse atendimento é organizado nas diferentes necessidades educacionais dos estudantes com deficiências, TGD e altas habilidades/superdotação, orientado por instruções normativas específicas para cada atendimento (BRASIL, 2016).

3.1.7 Atividade: Apreciação dos Vídeos – AEE- Parte 1 e 2 – Salas de Recursos Multifuncionais

- a) **Objetivo:** apresentar exemplos de SRMs e mobiliários.
- b) **Procedimento:** apresentação de um vídeo recorte do Programa Gestão em Foco, produzido pela Coordenação de Audiovisual da SEED/PR. Na parte 1, a professora especialista em Educação Especial Nádia Aparecida Poletto, do Colégio Dona Branca do Nascimento

Miranda, de Curitiba, fala sobre as especificidades do atendimento na SRMs Tipo I. Ela descreve a rotina de trabalho, os estudantes atendidos, os materiais utilizados, os encaminhamentos pedagógicos necessários para planejar o atendimento desses estudantes. A diretora do colégio, Sandra Costa Lourenço, expõe também sobre os documentos necessários para a abertura da SRMs. Na parte 2, o professor Lourival Araújo, do Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto, de Curitiba, aponta as especificidades do atendimento na SRMs Tipo I, pioneira na região e que atende especificamente estudantes com TGD, Deficiência Intelectual e Deficiência Física Neuromotora. Ele fala sobre as especificidades dessa sala, sobre os materiais utilizados e encaminhamentos pedagógicos e apresenta as SRMs para os estudantes com surdez e também a SRMs para alunos com altas habilidades, além das parcerias do instituto com outras instituições.



Vídeo – AEE – Parte 1

Publicado em 15 de fev de 2016

Idioma: Português

Palavras-chaves: Educação Especial, Sala de Recursos Multifuncional e Contraturno

Duração: 04min09s

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=aMBpy2Pyugc&feature=youtu.be>



Vídeo – AEE – Parte 2

Publicado em 15 de fev de 2016

Idioma: Português

Palavras-chaves: Sala de Recursos Multifuncional, Surdez, Altas Habilidades, TGD e Deficiência Intelectual, Física e Neuromotora.

Duração: 01min52s

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=f6iYS89nDbs>

3.1.8 Atividade: Oficina

- a) **Objetivo:** conhecer e apreciar o funcionamento dos materiais adaptados.
- b) **Procedimento:** será disponibilizado aos participantes acessarem um conjunto de materiais adaptados, cedidos pela APAE, Associação Norte Paranaense de Reabilitação (ANPR) e do acervo pessoal da ministrante. Os participantes receberão orientações sobre o funcionamento e adaptações para utilização de cada recurso, conforme abaixo:



Figura 13: Objetos Adaptados
Fonte: (SARTORETTO; BERSCH, 2010)

3.1.9 Atividade: Síntese do Encontro

- a) **Objetivo:** verificar a assimilação do conteúdo pelos participantes e esclarecer dúvidas.
- b) **Procedimento:** após a exposição dos conteúdos, apreciação dos vídeos e a oficina, a ministrante fará alguns comentários sobre aquilo que foi exposto e abrirá para o esclarecimento de dúvidas.



4º ENCONTRO

4.1 ADAPTAÇÃO ESCOLAR

ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

Tempo: 04 horas

Objetivo:

- Identificar adaptações curriculares: nível, tipo e categoria;
- Descrever as adaptações/adequações arquitetônicas e de recursos didáticos;
- Narrar as conquistas e as dificuldades de uma professora com baixa visão;
- Examinar alguns objetos adaptados para deficiência visual.

Atividades: palestra expositiva, exercício prático, apreciação de vídeo, depoimento, debate e síntese.

Expositores: Tania Ap. de Barros e Marinês Padilha Papick

Recursos: laboratório de informática, computador, data show, apostila e outros.

Seqüência das Atividades

4.1.1 Atividade: Palestra Expositiva

- a) **Objetivo:** contextualizar as operacionalizações das adaptações escolares.
- b) **Procedimento:** a palestra será realizada pela ministrante, com o tema “Adaptação Curricular”. O conteúdo será abordado através de recursos digitais (slides) conforme abaixo:

ADAPTAÇÃO/ADEQUAÇÃO ESCOLAR

O processo de adaptação escolar se contrapõe ao modelo histórico trabalhado pelas escolas nos últimos anos. Pois, ele exige dos professores uma modificação em seu “fazer

pedagógico” no que diz respeito ao modelo do ensino e aprendizagem. Em relação às escolas, requer dessas instituições mudanças de aspectos: político, técnico-científico, administrativo e pedagógico (FUCKS, 2011). Esse processo pode ser promovido/refletido, conforme sinalizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): “uma atitude favorável da escola para diversificar e flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos” (BRASIL, 1998, p. 15).

Os PCNs (1998) também apontam que esse processo de adaptação é realizado por etapas, eles seriam os caminhos, ou seja, a operacionalização daquilo que a escola precisa fazer para tornar-se inclusiva.

Assim, compreende-se que a adaptação é o cerne que conduz a busca para os caminhos de uma Educação Especial que oferte uma real oportunidade de inclusão e o respeito às diferenças.

A adaptação curricular nos leva a refletir que precisamos ser humildes e compreender que nem sempre, “os conhecimentos que temos sejam suficientes para lidarmos com as realidades que encontramos na sala de aula. Serão as realidades que encontrarmos em sala de aula que apontarão o que devemos fortalecer ou aprender para que a educação escolar aconteça” (FUCKS, 2011, p. 30).

Conforme PCNs (1998), [...] os processos de adaptação curricular em relação à ação docente, “propõem alterações a serem desencadeadas na definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, no transcorrer de todo processo avaliativo, na temporalidade e na organização do trabalho didático-pedagógico no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno” (BRASIL, 1998, p. 18). O Documento também aponta que já as adaptações/adequações são os subsídios necessários a prática docente, de forma a permitir que o aluno tenha o completo desenvolvimento.

Por isso, a operacionalização das adaptações é fundamental a escola, pois, ela representa à busca dos caminhos que dão início a construção de uma proposta real, ou seja, uma ação prática que atenda as necessidades e especificidades do público alvo da Educação Especial.

4.1.2 Atividade: Exercício Prático

- a) **Objetivo:** empregar os conhecimentos adquiridos na palestra na construção gráfica da operacionalização de adaptações.

- b) **Procedimento:** os participantes serão convidados a construir no quadro um organograma que represente as etapas de operacionalização das adaptações/adequações escolares, conforme modelo abaixo:

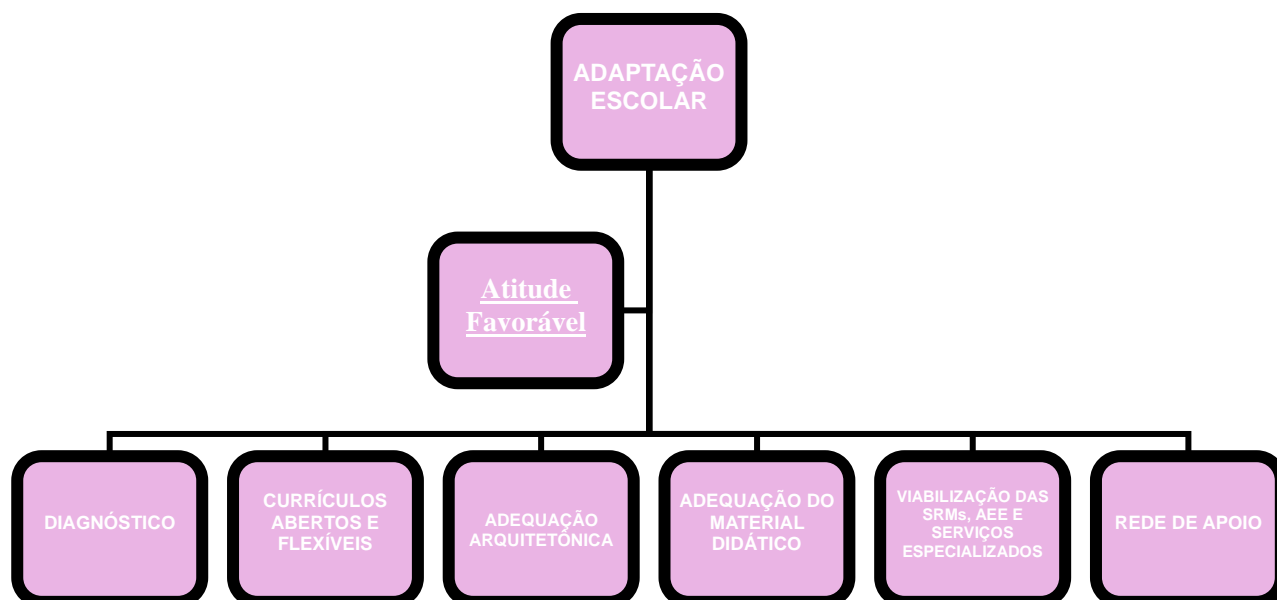


Figura 14: Esquema Gráfico da Operacionalização das Adaptações
Fonte: (AUTOR, 2016)

4.1.3 Atividade: Palestra Expositiva

- a) **Objetivo:** explicar os elementos das adaptações no currículo.
- b) **Procedimento:** a palestra será realizada pela ministrante, com o tema “Adaptações Curriculares”. O conteúdo será abordado através de recursos digitais (slides) conforme abaixo:

ADAPTAÇÕES CURRICULARES

O processo de aprendizagem escolar relaciona-se ao currículo, portanto as dificuldades ou problemas de aprendizagem, sejam temporárias ou permanentes, estão vinculados às adaptações curriculares centradas na interação entre as necessidades dos alunos e as respostas educacionais a serem oferecidas pela escola (FUKS, 2011).

A adaptação do currículo pode ser classificada em diferentes formas, porém, há uma

classificação pautada pelos PCNS (1998), que se apresenta em: tipos (adaptações não significativas do currículo e adaptações curriculares significativas); níveis (adaptações no nível do PPP (currículo escolar), adaptações relativas ao nível da classe (plano de aula), adaptações individualizadas do currículo) e categorias (adaptações de acesso ao currículo e adaptações nos elementos do currículo).

As adaptações não significativas do currículo “constituem pequenos ajustes no cotidiano da sala de aula e são, na maior parte, realizadas pelo professor” (BRASIL, 1998, p. 22). Essas adaptações são aquelas que não necessitam de mudanças graves no currículo, também chamadas de adaptações de pequeno porte.

As adaptações não significativas são mudanças simples, porém, que devem receber atenção devida, com a “participação do aluno(s) nas decisões quanto aos ajustes, com intuito de lhe(s) proporcionar responsabilidade sobre suas necessidades especiais, sendo sujeito(s) do processo ensino aprendizagem” (BRASIL, 1998, p. 23). Essas adaptações mesmo quando são feitas pelo professor, precisam estar autorizadas por instâncias superiores e prevista no PPP escolar.

As adaptações curriculares significativas também são chamadas de adaptações grande porte, pois, compreendem mudanças no decorrer do processo ensino aprendizagem em relação ao atendimento de alunos NEEs, logo, exigem grandes alterações no currículo regular.

Essas adaptações envolvem diversos serviços escolares, e a sua “implementação requer a participação do professor de sala de aula, o professor do AEE e instâncias superiores da unidade escolar (gestão, financeiro, administrativo, jurídico, técnico)” (BRASIL, 1998, p. 26).

Em relação a classificações de níveis das adaptações curriculares, elas estão ligadas aos processos de planejamento educacional, dividindo-se em: adaptações no nível do PPP (currículo escolar), adaptações relativas ao nível da classe (plano de aula) e adaptações individualizadas do currículo.

De acordo com PCNs (1998) as adaptações no nível do PPP (currículo escolar) organizam a atividade escolar (proposta pedagógica na orientação inclusiva), a rede apoio, os serviços especializados (SRMs/AEE) e participação de toda comunidade escolar (profissionais da educação que atuam na escola, pais, alunos e parceiros). Estas questões e outras providências legais devem contemplar o PPP, no sentido de se obter uma “ação adaptativa intencional, que seja relevante ao processo educativo e de adaptação curricular e “propicia condições estruturais para que possam ocorrer no nível da sala de aula e no nível individual, caso seja necessária uma programação específica para o aluno” (BRASIL, 1998, 28).

As adaptações relativas ao nível da classe (plano de aula) visam tornar real a participação, no sentido de prover condições de acesso no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados. Elas são medidas adaptativas, realizadas pelo professor, visando à programação das atividades em sala de aula. “Focalizam a organização e os procedimentos didático-pedagógicos e destacam o como fazer, a organização temporal dos componentes e dos conteúdos curriculares” (BRASIL, 1998, p. 26). Os procedimentos de adaptação curricular destinados ao espaço da sala de aula “devem constar na programação de aula do professor, com intuito que se convertam em ações adaptativas intencionais e desta forma favoreçam o acompanhamento dos alunos com NEEs” (BRASIL, 1998, p. 26).

Em relação às adaptações no nível individual do currículo, são realizadas conforme necessárias e estão intimamente ligadas a adaptações significativas do currículo. Segundo os PCNs (1998, p. 27) “[...] focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento. Verificando o nível de competência curricular do educando, bem como na identificação dos fatores que interferem no seu processo de ensino-aprendizagem”.

O mesmo documento aponta para alguns aspectos que devem ser considerados para identificar necessidade de adaptação, tais como: real necessidade dessas adaptações, avaliação do nível de competência curricular do aluno, tendo como referência o currículo regular e o respeito ao seu caráter processual, de modo que permita alterações constantes e graduais nas tomadas de decisão.

As categorias de adaptação curricular dividem-se em: adaptações de acesso ao currículo e adaptações nos elementos do currículo. São categorias que visam “modificações nos elementos físicos e materiais do ensino, bem como aos recursos pessoais do professor quanto ao seu preparo para trabalhar com os alunos” (BRASIL, 1998, p.49).

Para adaptação de acesso ao currículo, os PCNs (1998) recomendam: criar condições físicas, ambientais e materiais para o aluno propiciar os melhores níveis de comunicação e interação com as pessoas, favorecer a participação nas atividades escolares, propiciar o mobiliário específico necessário, fornecer ou atuar para a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários, adaptar materiais de uso comum em sala de aula e adotar sistemas de comunicação alternativos para os alunos impedidos de comunicação oral.

Já para as adaptações nos elementos do currículo, os PCNs (1998) recomendam: adaptar objetivos, conteúdos e critérios, procedimentos de avaliação, atividades e metodologias; considerando a temporalidade dos conteúdos a serem trabalhados.

4.1.4 Atividade: Exercício Prático

- a) **Objetivo:** empregar os conhecimentos adquiridos na palestra na construção de uma ilustração - registros de adaptações.
- b) **Procedimento:** os participantes serão divididos em duplas e será solicitada a eles, a elaboração de um quadro ilustrativo, com sugestões de adaptações, conforme abaixo:

Nome do aluno	Deficiência	Acesso ao Currículo	Objetivos de Ensino	Conteúdo	Método de Ensino	Avaliação	Temporalidade
*	Descrever a deficiência do aluno ou necessidade identificada	<p>Analisar e anotar:</p> <ul style="list-style-type: none"> *condições físicas, ambientais, materiais da sala de aula; *buscar meios da participação efetivas dos alunos nas atividades 	<p>Verificar as decisões a serem tomadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> *é necessário priorizar determinados objetos? *Devo elaborar uma escala de prioridades? *devo disponibilizar maior tempo para compreensão e execução da atividade? *devo usar mais estratégias? 	<p>Está consonância com ajustes adotados nos objetivos?</p> <ul style="list-style-type: none"> *devo priorizar conteúdos, área ou unidade? *devo eliminar conteúdos secundários? 	<p>Questionar-se quando a eficácia das estratégias utilizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> *favorecem a aprendizagem? *uma única estratégia é suficiente? 	<p>Modificação das técnicas e instrumentos usualmente utilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> *levar e conta as possibilidades de expressão e movimento do aluno 	<p>Necessito aumentar o diminuir o tempo previsto para determinado subjetivos e conteúdos?</p>

Figura 15: Modelo de Quadro Ilustrativo para Registro das Adaptações de Currículo
 Fonte: (GALUCH; MORI, 2010)

4.1.5 Atividade: Apreciação de Vídeo – Thomas Edison - O Filho de Nancy

- a) **Objetivo:** propiciar uma reflexão acerca da importância de não descartar as potencialidade dos alunos que apresentam NEEs .
- b) **Procedimento:** apresentação do vídeo que faz parte da campanha “Mães com História”, do Canal História. O vídeo aborda a história de um segredo e da determinação de uma mãe que lutou contra ventos e mares para proporcionar ao seu filho a educação que o transformou num verdadeiro gênio que revolucionou por completo o nosso mundo. Uma história que prova que, para as nossas mães, seremos sempre uns gênios.



4.1.6 Atividade: Depoimento

- a) **Objetivo:** contemplar os exemplos de superação de uma pessoa com NEEs.
- b) **Procedimento:** o depoimento será realizado pela Professora Marinês Padilha Papick, que atua na APAE de Mandaguáçu, diagnosticada com retinose pigmentar atípica desde o nascimento. A professora concordou em esclarecer dúvidas e expor aos participantes, um breve relato sobre as suas dificuldades e conquistas em relação a sua deficiência, exemplificando o seu processo de aprendizagem na rede pública de educação ao longo do tempo, conforme abaixo:

Depoimento

“Olá, sou graduada em Pedagogia e pós-graduada em Educação Especial na área da deficiência intelectual, quero dividir com vocês a minha trajetória como aluna com NEEs e minha experiência como professora do Município e da APAE. Atuei por mais de trinta e dois anos, nas séries iniciais do município exercendo o papel de uma professora do ensino regular. Na APAE de Mandaguçu, atuo por mais de vinte cinco anos, como professora da Educação Especial. Superei diversas barreiras e limitações, com foco nas minhas possibilidades e não nas dificuldades, por acreditar que a capacidade e inteligência estão além da visão”.

4.1.7 Atividade: Apreciação de Vídeos – Série do Programa Fantástico – Qual é a Diferença? – Episódios 01, 02 e 03

- a) **Objetivo:** demonstrar a importância da inclusão em todas as esferas sociais.
- b) **Procedimento:** os vídeos do Programa Fantástico, da Série - Qual é a Diferença?, traz novo olhar sobre a síndrome de Down. A série é protagonizada pelo médico Drauzio Varella e Breno Viola, que é tricampeão mundial de judô, abordando sobre a condição genética que afeta pelo menos 300 mil pessoas no Brasil. No 1º episódio são abordados os aspectos médicos em relação à síndrome e a questão do trabalho. No 2º episódio é abordado o tratamento e as relações afetivas. No 3º episódio, são discutidos os critérios para escolarização das pessoas com NEEs.



Vídeo – Qual é a Diferença? – Episódio 01

Publicado em 15 ago 2015

Idioma: Português

Categoria: Entretenimento

Duração: 15min39s

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=P_VPHWEdtWQ



Vídeo – Qual é a Diferença? – Episódio 02

Publicado em 07 out 2015

Idioma: Português

Categoria: Entretenimento

Duração: 13min30s

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=F0dnDebe0NM>



Vídeo – Qual é a Diferença? – Episódio 03

Publicado em 31 ago 2015

Idioma: Português

Categoria: Entretenimento

Duração: 14min04s

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=_gUbl8BEDUM

4.1.8 Atividade: Debate.

- a) **Objetivo:** discutir os assuntos abordados na série, focando o atendimento escolar de alunos NEEs.
- b) **Procedimento:** a ministrante convidará os participantes a formarem um círculo e exporem suas opiniões sobre os temas abordados nos vídeos.

4.1.9 Atividade: Síntese do Encontro

- a) **Objetivo:** verificar a assimilação do conteúdo pelos participantes e esclarecer dúvidas.
- b) **Procedimento:** após a exposição dos conteúdos, depoimento e apreciação dos vídeos, a

ministrante fará alguns comentários sobre aquilo que foi exposto e abrirá para o esclarecimento de dúvidas.



5º ENCONTRO

5.1 A IMPORTÂNCIA DA ESCOLARIDADES NA EJA

ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

Tempo: 04 horas

Objetivo:

- Reafirmar a importância da formação humana e social da EJA;
- Expor a questão da discriminação e apoio familiar em relação às pessoas com NEEs.

Atividades: palestra expositiva, exercícios de reflexão, apreciação de vídeo, exercício prático e síntese.

Expositores: Rosimar D. Costa e Tania Ap. de Barros

Recursos: computador, data show, apostila, TV Pendrive e outros.

Sequência das Atividades

5.1.1 Atividade: Palestra Expositiva

- Objetivo:** relatar a importância da EJA como modalidade de ensino e sua relação com a Educação Inclusiva.
- Procedimento:** a palestra será realizada pela professora convidada, Rosimar D. Costa, pedagogo e professora do CEEBJA de Maringá, com o tema “A EJA na Perspectiva da Educação Inclusiva”. O conteúdo será abordado através de recursos digitais (slides) conforme abaixo:

A EJA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A EJA trata-se de uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que

não tiveram acesso ou não concluíram os estudos do Ensino Fundamental (a partir de 15 anos) e do Ensino Médio (a partir de 18 anos). Essa modalidade não se limita apenas à escolarização, mas também reconhece à educação como direito humano fundamental para formação crítica dos alunos. A Declaração de Hamburgo (1997, p.22), da UNESCO, compreende que é “fundamental que o reconhecimento do direito à educação continuada durante a vida seja acompanhado de medidas que garantam as condições necessárias para o exercício desse direito”. Os desafios do século XXI não podem ser enfrentados por governos, organizações e instituições isoladamente. A energia, a imaginação e a criatividade das pessoas, bem como sua vigorosa participação em todos os aspectos da vida, são igualmente necessárias. A EJA é um dos principais meios para se aumentar significativamente a criatividade e a produtividade, transformando-as numa condição indispensável para se enfrentar os complexos problemas de um mundo caracterizado por rápidas transformações e crescente complexidade e riscos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) esclarece que as ações da Educação Especial na modalidade EJA e educação profissional, devem “possibilitar a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social [...] assegurando que os recursos, serviços e AEE estejam presentes nos PPP construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos” (BRASIL, 2008, p. 48).

A concepção da EJA, na visão de uma Educação Inclusiva deve respeitar tanto a diferença quanto a dignidade de todos os seres humanos, garantindo a participação das pessoas com NEEs. Além de ofertar educação que reconheça e responda às necessidades e objetivos próprios. Orientando este público na “preparação para a vida”, que lhes possibilite inserção nos espaços comuns da sociedade e do mundo do trabalho (BRASIL, 2008).

Os dispositivos legais da Educação Inclusiva visam uma revisão das práticas pedagógicas, fazendo com que a escola promova as mudanças necessárias de acordo com as necessidades de cada aluno. Além de especificar que o Estado e a sociedade devem buscar a garantia e o reconhecimento do direito ao acesso e a permanência a educação regular, as pessoas com NEEs.

Enquanto a EJA, na perspectiva da Educação Inclusiva, representa a última oportunidade de acesso ao ensino regular, pois, se a pessoa com dificuldade ou deficiência não teve contato com a modalidade de ensino regular até este momento, significa que todas as outras estâncias falharam; o que torna a responsabilidade ainda muito maior. Além do fato, da EJA ser um ensino pautado para formação profissional de diversos públicos, defendendo os princípios de igualdade e

o respeito às diferenças.

5.1.2 Atividade: Apreciação de Vídeo – EJA – Educação de Jovens e Adultos

- a) **Objetivo:** relatar a importância do papel da EJA e suas possibilidades como última chance de formação escolar.
- b) **Procedimento:** apresentação do vídeo EJA – Educação de Jovens e Adultos. Na 1ª parte, o vídeo aborda um resumo histórico da EJA no Brasil, já na 2ª parte aborda uma ampla matéria sobre esta modalidade de Educação.



5.1.3 Atividade: Exercício Prático

- a) **Objetivo:** empregar os conhecimentos adquiridos na palestra na construção gráfica da operacionalização de adaptações.
- b) **Procedimento:** será solicitado aos participantes, registrar na apostila, um relato descritivo sobre sugestões que possam ser efetivadas no Brasil, para melhoria da qualidade do ensino na modalidade EJA.

5.1.4 Atividade: Apreciação de Vídeo – Filme “Meu Pé Esquerdo”

- a) **Objetivo:** proporcionar momentos de reflexão sobre os desafios diários de uma pessoa com deficiência e os caminhos percorridos por ela para superação dos mesmos.

- b) **Procedimento:** após a apresentação do filme, a ministrante tecerá alguns comentários sobre o que foi abordado no filme.



Filme – Meu Pé Esquerdo

Título: *My Left Foot: The Story of Christy Brown* (Original)

Ano: 1989

Dirigido: Jim Sheridan

Duração: 1 hora e 40 minutos

Classificação : livre para todos os públicos

Gênero: drama biográfico

Países de Origem: Reino Unido

Sinopse: O filme "Meu Pé Esquerdo" conta a história de Christy Brown (Daniel Day-Lewis), filho de uma humilde família irlandesa, nasce com uma paralisia cerebral que lhe tira todos os movimentos do corpo, com a exceção do pé esquerdo. Com o controle deste único membro ele torna-se escritor e pintor.

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=Mslh_rcp2TQ

5.1.5 Atividade: Exercício Prático

- a) **Objetivo:** empregar as reflexões trabalhadas pelo filme de forma prática.
- b) **Procedimento:** será solicitado aos participantes, responder questões contidas na apostila, vinculadas ao filme exposto, conforme abaixo:

Prezados Participantes,

Como assistido no filme, Christy nasce com paralisia cerebral e com limitações evidentes (fala, motricidade, bi manual, unilateral da perna direita e dificuldade para conter a coluna cervical – cabeça balança o tempo todo). Entretanto, nota-se que não teve seus aspectos cognitivos afetados; era inteligente, criativo e empreendedor.

Faça uma reflexão acerca do protagonista do filme, enfocando:

- Importância da mãe para o desenvolvimento de Christy;
- O que, provavelmente, teria ocorrido a Christy se todos tivessem tido a mesma reação que o pai teve no início do filme;
- Qual ponto do filme seria importante para estabelecer um paralelo com a situação de inclusão escolar.

5.1.6 Atividade: Síntese do Encontro

- a) **Objetivo:** verificar a assimilação do conteúdo pelos participantes e esclarecer dúvidas.
- b) **Procedimento:** após a exposição dos conteúdos e apreciação do filme, a ministrante fará alguns comentários sobre aquilo que foi exposto e abrirá para o esclarecimento de dúvidas. Será solicitado aos participantes, como leitura antecipada, o documento elaborado pela SEED/PR “Subsídios para Construção do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica da Escola de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial”.



6º ENCONTRO

6.1 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COLABORATIVO E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

Tempo: 04 horas

Objetivo:

- Assinalar a relevância do trabalho colaborativo na realização das adaptações na escola;
- Apontar o papel do PPP como representante do compromisso da escola para a inclusão escolar;
- Discutir a relação do PPP do CEEBJA com a Educação Inclusiva;
- Elaborar o diagnóstico da operacionalização das adaptações no CEEBJA.

Atividades: palestra expositiva, apreciação de vídeo, debate e trabalho em grupo.

Expositores: Tania Ap. de Barros e Talitta Emauela Silva

Recursos: computador, data show, apostila e outros.

Sequência das Atividades

6.1.1 Atividade: Palestra Expositiva

- a) **Objetivo:** expor a importância do trabalho colaborativo e do PPP para operacionalização das adaptações na escola.
- b) **Procedimento:** a palestra será realizada pela ministrante, com o tema “Trabalho Colaborativo e o PPP”. O conteúdo será abordado através de recursos digitais (slides), conforme abaixo:

TRABALHO COLABORATIVO E O PPP

A organização escolar, que busca atender as expectativas de uma escola na perspectiva inclusiva, precisa ter: conhecimento, determinação e uma atitude favorável; para enfrentar a mudança e os desafios.

Por isso, quando a escola adota uma gestão democrática e participativa, ela favorece a aplicabilidade dos mecanismos necessários às adaptações. Pois, o compartilhamento das decisões, o planejamento dos objetivos/metast e implantação de planos de ação, estimulam a comunidade escolar a se sentir mais fortalecida e apta a ultrapassar as fronteiras que as impediam de conhecer e de avançar na direção da inclusão (BRASIL, 2016).

A colaboração parte do princípio do trabalho em conjunto para resolver dificuldades, elaborar estratégias, desenvolver mudanças e solucionar problemas. Esse trabalho institui uma unidade (direção, pedagogos, professores das disciplinas e professores da Educação Especial) que compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto, conforme as singularidades e necessidades de aprendizagem dos alunos (BRASIL, 2016), conforme abaixo:



Figura 16: Esquema de Trabalho Colaborativo na Educação Especial
Fonte: (PARANÁ, 2016)

A colaboração é compreendida “como um processo de interação entre sujeitos

comprometidos com a tomada de decisão em prol de um objetivo comum” (PARANÁ, 2016, p. 10). Assim, pode-se compreender que esse trabalho em parceria visa proporcionar o desenvolvimento de práticas pedagógicas e a elaboração de planos de intervenção coletiva.

O trabalho colaborativo busca uma finalidade em comum, que se caracteriza pela troca de ideias, informações, conhecimentos e ações entre os membros. “Quando uma escola adota um sistema colaborativo de trabalho, o compartilhamento torna-se uma prática espontânea e natural, visando ações em prol da melhoria da qualidade do trabalho pedagógico” (PARANÁ, 2016, p. 10).

O processo da implementação das adaptações em prol de uma escola inclusiva, não é tarefa que se realiza de forma individual, por isso a equipe colaborativa precisa estar ciente da responsabilidade envolvida no processo. Por isso, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) apontam a importância de se estabelecer um compromisso político com a Educação Inclusiva, visando à participação comunitária para: fomentar atitudes proativas das famílias, dos alunos, dos professores e da comunidade escolar em geral, superar os obstáculos da ignorância, do medo e do preconceito, divulgar os serviços e recursos educacionais existentes, difundir experiências bem-sucedidas de Educação Inclusiva e estimular o trabalho voluntário no apoio à inclusão escolar.

Deste modo, percebe-se que a construção de uma escola inclusiva é um processo gradativo, ou seja, não é apenas compreender e se capacitar para o atendimento aos alunos com NEEs, nem mesmo obedecer às leis e cumprir normas, assim como não basta apenas colaborar. É preciso refletir sobre as práticas pedagógicas, o currículo e o dia-a-dia escolar; sendo que todas essas ações devem estar refletidas em um dos documentos mais importantes da escola, o PPP.

Para Fuks (2011, p. 30) o PPP “representa mais que um documento, sendo um dos meios para viabilizar as ações educativas, a organização e a gestão curricular, na escola inclusiva de qualidade social para todos”. Logo, é importante considerar que o processo de ensinar e aprender abrange vários contextos, sendo de extrema importância que as respostas às necessidades desta abrangência sejam previstas e respaldadas no PPP da escola. “[...] que o PPP surja de relações dialógicas na comunidade de aprendizagem que a escola é, e desta com a comunidade em geral. A eles devem agregar-se outros, repensados continuamente, envolvendo um projeto de sociedade” (FUKS, 2011, p. 32), conforme figura 12:

Assim, é preciso planejar propostas, considerando a realidade escolar e dos profissionais que dela fazem parte. Juntos e de forma consciente sobre o papel de cada um. Devem-se planejar objetivos que reflitam diretamente nas atividades e práticas pedagógicas que envolvem os alunos

com NEEs. O resultado dessas propostas devem ser ações concretas para consolidar a inclusão dos estudantes com deficiências, TGD e altas habilidades/superdotação, na rede comum de ensino, com as adaptações/adequações necessárias a promoção efetiva do direito de todos à educação.

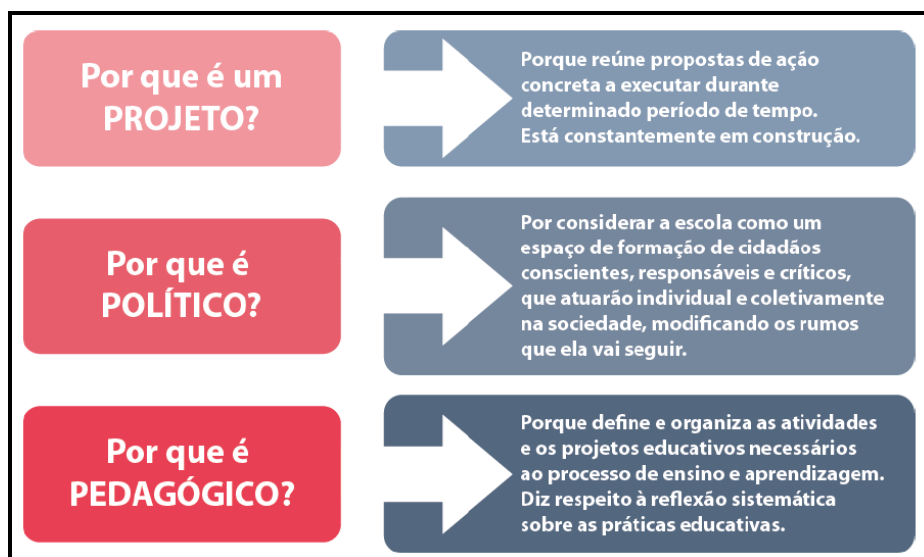



Figura 17: Elementos do PPP
Fonte: (PARANÁ, 2016)

6.1.2 Atividade: Apreciação de Vídeo – A Educação Especial e o Projeto Político Pedagógico

- a) **Objetivo:** reafirmar a importância do PPP para a construção de uma escola inclusiva.
- b) **Procedimento:** apresentação do vídeo do Programa de Formação Continuada Gestão em Foco. Nele, a professora Marisa Bispo Feitosa, especialista em Educação Especial e chefe do DEE da SEED/PR, fala sobre a importância do PPP enquanto documento legal da escola.



Vídeo – A Educação Especial e o Projeto Político Pedagógico

Publicado em 29 de fev de 2016

Idioma: Português

Produção: Coordenação de Produção Audiovisual e Departamento de Educação Especial

Duração: 01min44s

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=GG5inhWopXQ>

6.1.3 Atividade: Debate

- a) **Objetivo:** identificar com base no documento elaborado pela SEED/PR “Subsídios para Construção do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica da Escola de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial”, os caminhos para construção do PPP abrangendo as áreas de: deficiência intelectual, múltiplas deficiências e TGD.
- b) **Procedimento:** a ministrante convidará os participantes a formarem um círculo e dividirem as suas opiniões, com base nos fichamentos realizados, conforme solicitado no 5º Encontro.

6.1.4 Atividade: Palestra Expositiva

- a) **Objetivo:** apresentar e apontar os itens mais relevantes do PPP da escola.
- b) **Procedimento:** a palestra será realizada pela ministrante, com o tema “O Projeto Político Pedagógico do CEEBJA - Mandaguaçu”. O conteúdo será abordado através de recursos digitais (slides), conforme abaixo:

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS – CEEBJA – MANDAGUAÇU

O CEEBJA oferta cursos de Ensino Fundamental - Fase II e de Ensino Médio destinado à preparação do jovem, do adulto e do idoso, por meio de metodologia adequada ao desenvolvimento cultural e formação da vida cidadã dos educandos.

Oferece ainda, aos educandos serviços educacionais com: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação, gratuidade do ensino, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza, vinculadas à matrícula e garantia de uma educação básica igualitária e de qualidade.

O Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos tem como meta assegurar, gratuitamente, oportunidades educacionais apropriadas de escolarização, para os jovens, adultos e idosos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, mediante cursos e exames supletivos

no nível do Ensino Fundamental e Médio, objetivando que o educando da EJA se relacione com o mundo do trabalho e que através deste, busque melhorar a qualidade de vida e tenha acesso aos bens produzidos pelos homens nas diversas relações sociais.

6.1.5 Atividade: Trabalho em Grupo

- a) **Objetivo:** elaborar o diagnóstico da escola considerando os aspectos: público alvo da Educação Especial, procedimentos documentais (matrícula), currículo, infraestrutura/mobiliário e material didático.
- b) **Procedimento:** os participantes serão divididos em grupos, onde cada um será responsável por elaborar diagnóstico de um dos itens citados no objetivo. A ministrante entregará a cada grupo um relatório fornecido pela escola, onde constarão os dados: número de alunos com NEEs, tipos de deficiências e dificuldades dos alunos, dados estatísticos em relação à matrícula e demanda lista de material didático e relatórios pedagógicos. O grupo responsável pelo tema infraestrutura/mobiliário realizará um *tour* pela escola e terá acesso aos locais com acessibilidade e mobiliário adaptado. Os diagnósticos serão elaborados com o apoio da ministrante e mediados pela professora convidada, Talitta Emanuela Silva, especialista em Educação e Metodologia da Pesquisa.

6.1.6 Atividade: Síntese do Encontro

- a) **Objetivo:** analisar os diagnósticos elaborados.
- b) **Procedimento:** após a elaboração dos diagnósticos, cada grupo irá se reunir individualmente com a ministrante e a mediadora para *feedback* das produções realizadas até o momento. Neste momento, também serão esclarecidas dúvidas em relação aos temas abordados no encontro.



7º ENCONTRO

7.1 CONSTRUINDO A ESCOLA INCLUSIVA

ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

Tempo: 04 horas
Objetivo: <ul style="list-style-type: none"> • Estudar propostas que contribuam para a flexibilização e a adaptação curricular aos alunos com NEEs da EJA;
Atividades: orientação e trabalho em grupo.
Expositores: Tania Ap. de Barros e Talitta Emauela Silva
Recursos: laboratório de informática, computador, data show, apostila e outros.

Sequência das Atividades

7.1.1 Atividade: Orientação

- Objetivo:** revisar o conteúdo exposto ao longo dos encontros, orientando possíveis estratégias para o estudo/elaboração de propostas de adaptação escolar, com base nos diagnósticos realizados no último encontro.
- Procedimento:** a orientação será dada pela professora convidada, Talitta Emanuela Silva, especialista em Educação e Metodologia da Pesquisa.

7.1.2 Atividade: Trabalho Colaborativo

- Objetivo:** estudar propostas e sugestões que contribuam para a flexibilização e adaptação curricular aos alunos com NEEs da EJA e a adequação escolar em relação à arquitetura, mobiliário e material didático.

- b) **Procedimento:** conforme a divisão dos grupos feita anteriormente, cada equipe irá apresentar sugestões elaboradas com base no diagnóstico/tema estudado. Em seguida, todo o grupo irá trabalhar na elaboração de um documento que irá compor a proposta de adaptação escolar do CEEBEJA, que será anexada ao PPP da escola, mediados pela ministrante e professora convidada.

7.1.3 Atividade: Síntese do Encontro

- a) **Objetivo:** analisar as propostas discutidas.
- b) **Procedimento:** após a elaboração das propostas, a ministrante e a mediadora darão um *feedback* coletivo em relação ao que foi proposto. Será solicitada aos participantes, como atividade antecipada, a elaboração de uma apresentação, utilizando recursos digitais, com base no documento elaborado.



8º ENCONTRO

8.1 PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

Tempo: 04 horas
Objetivo: <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar propostas que contribuam para a flexibilização e a adaptação curricular aos alunos com NEEs da EJA; • Diagnosticar e analisar a apropriação do conhecimento.
Atividades: apresentação, agradecimento e aplicação de questionário.
Expositores: participantes e Morandir Marassi (Diretor do CEEBJA – Mandaguaçu)
Recursos: computador, data show e outros.

Sequência das Atividades

8.1.1 Atividade: Apresentação

- Objetivo:** divulgar as propostas adaptação escolar para o atendimento de alunos com NEEs na modalidade EJA.
- Procedimento:** os participantes irão expor as propostas elaboradas através de uma apresentação de slides.

8.1.2 Atividade: Agradecimento

- Objetivo:** agradecer a contribuição do grupo colaborativo (comunidade escolar) pela contribuição prestada.

- b) **Procedimento:** o diretor da escola, Morandir Marassi, tecerá algumas palavras em agradecimento pelas contribuições prestadas e reafirmará o compromisso e a vontade do CEEBEJA Mandaguaçu em colocar em prática as sugestões proposta, em tornar a escola inclusiva.

8.1.3 Atividade: Aplicação do Questionário Final

- a) **Objetivo:** avaliar a contribuição da proposta junto aos participantes.
- b) **Procedimento:** orientação da ministrante, conforme abaixo:

Prezado Participantes,	
Este questionário pretende conhecer e verificar qual contribuição que esses encontros propiciaram a vocês em relação ao atendimento de alunos com NEEs e inclusão escolar.	
QUESTIONÁRIO	
1	Como você conceitua a Inclusão Escolar?
2	O que mudou na sua forma de pensar e agir em relação à inclusão escolar depois de participar dos encontros?
3	Qual é papel do professor frente à flexibilização curricular?
4	E agora, após a participação dos encontros, você se sente mais preparado para realizar o atendimento educacional de alunos com NEEs?
5	Descreva o que é o AEE?
6	Descrevam os pontos que considera mais relevante dos encontros?
7	O que ainda é preciso fazer para que ocorra a Inclusão Escolar?
8	Existe algum ponto referente à inclusão escolar que não foi abordado nesses encontros?



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos para inclusão, como atividade prática, requerem da comunidade escolar desenvolvimento de uma nova concepção em relação ao “fazer pedagógico”. Pois nos leva a refletir qual é o “nosso” papel como educador, diante da “diferença”. Ao mesmo tempo em que nos permite contar com a possibilidade de renovação, de reaprender e poder construir algo novo. A inclusão escolar questiona a nossa própria didática de ensino enquanto profissionais da educação e os nossos valores, como seres humanos.

Os alunos com NEEs na escola regular exigem desta um processo de reorganização em diversos aspectos, como político, técnico-científico, administrativo e pedagógico. Por isso, a estruturação dessa proposta precisa da participação de todos, ou seja, é colaborativa. Podemos concluir, portanto, através desta perspectiva, que “[...] O educador trabalha junto com e não mais sozinho, o seu lugar não é mais somente dentro da escola. A educação não se realiza somente na escola, mas em todo território e deve expressar um projeto comunitário [...]” (BRASIL, 2009, p.31).

As adequações escolares são medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: no PPP, no currículo, na sala de aula, nas atividades, no material didático, na infraestrutura e etc. Buscam o atendimento das dificuldades e necessidades especiais dos alunos favorecendo a sua escolarização.

Na tentativa de ofertar caminhos para inclusão, essa Unidade Didática, pretende suportar maneiras que auxiliem os sistemas educacionais ultrapassar as dificuldades para atender às necessidades especiais dos alunos na escola regular. Pois, apenas a flexibilização e a dinamização do currículo regular podem não ser suficientes para superar as barreiras políticas educacionais, ou compensar as limitações dos profissionais e alunos da Educação Especial. Assim, entende-se que as adequações se fazem extremamente necessárias.



REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadores de Deficiência. Guatemala, 1999. In: BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília, DF: MEC/SEESP 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf> Acesso em: 01 out. 2016.

BRASIL. **Câmara de Educação Básica**. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 de set. de 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 17 de nov. de 2011; 190º da Independência e 123º da República. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 06 de jul. de 2015; 194º da Independência e 127º da República. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso 03 dez. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 20 de dez. de 1996; 175º da Independência e 108º da República. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso 29 set. 2016.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso 30 set. 2016.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso 30 set. 2016.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. **Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: DF: MEC/SEESP, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>>. Acesso em 03 dez. 2016.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso 30 set. 2016.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Secretaria de Educação Especial, Brasília, DF: MEC/SEF/SEESP, 1998. Disponível em: <<http://www.conteudoescola.com.br/pcn-esp.pdf>>. Acesso 29 set. 2016.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE MANDAGUAÇU – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO (CEEBJA). **Proposta Pedagógica**. Mandaguaçu, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 17, de 03 de julho de 2001. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 de ago. de 2001. Seção 1, p. 46. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

FUKS, V. L. C. **Adaptação curricular para o aluno do proeja com necessidades educacionais especiais: um estudo de caso**. Trabalho Pós-Graduação (Especialização em PROEJA) - Especialização em Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/9011812-Adaptacao-curricular-para-o-aluno-do-proeja-com-necessidades-educacionais-especiais-um-estudo-de-caso.html>>. Acesso em: 02 out. 2016.

GALUCH, M. T. B.; MORI, N. N. **Aprendizagem e Desenvolvimento**: intervenção Pedagógica para Pessoas com deficiência sensorial auditiva. Maringá: Eduem, 2010, p 67.

GLAT, R., ANTUNES, K. C. V. Pesquisa em Educação Especial: reflexões sobre sujeitos, ética e metodologia. In: TAQUETTE, S. R.; CALDAS, C. P. (org). **Ética e Pesquisa com Populações Vulneráveis**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 267-292.

GLAT, R., FERREIRA, J. R., OLIVEIRA, E. S. G., SENNA, I. A. G. **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil**. 2003. Disponível em: http://cnotinfor.imagina.pt/inclusiva/pdf/Educacao_inclusiva_Br_pt.pdf. Acesso 02 out. 2016.

GLAT, R., PLETSCH, M. D., FONTES, R. S. Educação Inclusiva & Educação Especial: proposta que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista Eletrônica do Centro de Educação**, v. 32, n. 2, p. s/n, 2007. Disponível em:< <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/678/0>>. Acesso em: 02 out. 2016.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-39, 2005. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial. Salamanca. 1994. In: BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília, DF: MEC/SEESP 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf> Acesso em: 01 out. 2016.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Paris, 1948. In: BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília, DF: MEC/SEESP 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf> Acesso em: 01 out. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos. Jomtien, 1990. In: BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília, DF: MEC/SEESP 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf> Acesso em: 01 out. 2016.

_____. **Declaração de Hamburgo**. V conferência internacional sobre educação de adultos. Hamburgo. 1997. Brasília: SESI/UNESCO, 1999. Disponível em:< <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2016.

PARANÁ Secretaria do Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Semana Pedagógica – Anexo 12**. Curitiba: SEED/DEE, 2014.

_____. **Governo do Estado do Paraná**. Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. Política Estadual de Educação Especial na Perceptiva da Inclusão do PR. Curitiba: SEED/DEEIN, 2009. Disponível em:< http://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/toledo/ed_especial/legislacao/politica_estadual.pdf >. Acesso 30 set. 2016.

_____. **Governo do Estado do Paraná**. Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Gestão em Foco. Curitiba: SEED/DEE, 2016. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/educacao_especial_unidade1.pdf. Acesso em: 12/10/2016.

_____. **Governo do Estado do Paraná.** Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial. Subsídios para Construção do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica da Escola de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial: área da deficiência intelectual, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento. Curitiba: SEED/DEE, 2015. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/subsidios_construcao_projeto_politico_pedagogico.pdf. Acesso em: 12/10/2016.

_____. **Governo do Estado do Paraná.** Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Gestão em Foco. Curitiba: SEED/DEE, 2016. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/educacao_especial_unidade1.pdf. Acesso em: 12/10/2016.

_____. Secretaria do Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Semana Pedagógica** – Anexo 7. Curitiba: SEED/DEE, 2014.

_____. Secretaria do Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Semana Pedagógica** – Anexo 8. Curitiba: SEED/DEE, 2014.

_____. Secretaria do Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Semana Pedagógica** – Anexo 9. Curitiba: SEED/DEE, 2014.

_____. Secretaria do Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Semana Pedagógica** – Anexo 10. Curitiba: SEED/DEE, 2014.

_____. Secretaria do Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Semana Pedagógica** – Anexo 11. Curitiba: SEED/DEE, 2014.

_____. Secretaria do Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Semana Pedagógica** – Anexo 13. Curitiba: SEED/DEE, 2014.

_____. Secretaria do Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Semana Pedagógica** – Anexo 14. Curitiba: SEED/DEE, 2014.

SARTORATTO, L.; BERSCH, R. C. R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: MEC/SEEFE, 2010.



Fontes

<http://portugalglorioso.blogspot.com/2014/01/cordas-o-melhor-filme-de-animacao.html>
<https://www.youtube.com/watch?v=1Mbl7>
<https://www.youtube.com/watch?v=f44zw>
<https://www.youtube.com/watch?v=Zl5kjH-HxJQ>
<https://www.youtube.com/watch?v=aMQ61FHmp7A>
https://www.youtube.com/watch?v=A6KUATE_5Qw
<http://cmap.ihmc.us/>
https://www.youtube.com/watch?v=T5E_8ct-JEA
<https://www.youtube.com/watch?v=aMBpy2Pyugc&feature=youtu.be>
<https://www.youtube.com/watch?v=f6iYS89nDbs>
<https://www.youtube.com/watch?v=9NMthZxPOFU>
https://www.youtube.com/watch?v=P_VPHWEdtWQ
<https://www.youtube.com/watch?v=F0dnDebe0NM>
https://www.youtube.com/watch?v=_gUbl8BEDUM
<https://www.youtube.com/watch?v=j1vJQoHnxvc>
https://www.youtube.com/watch?v=MsLh_rcp2TQ
<https://www.youtube.com/watch?v=GG5inhWopXQ>
<https://tecnologiasnee.wordpress.com/author/tecnologiasnee/>
<http://www.icepbrasil.com.br/site/index.php/noticias/todas-as-noticias/496-496>